

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: agosto de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital

Índice

Cana mantém aquecido mercado de terras – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 02/08/2010	3
MST de Rainha Jr. faz campanha pró-Dilma - JOSÉ ERNESTO CREDENDIO – Folha de São Paulo- Brasil – 05/08/2010	4
Falta de políticas deixa trabalhadoras rurais mais vulneráveis à violência, diz Contag – Agência Brasil – 10/08/2010	5
Reforma agrária, educação e cidadania – Sítio Eletrônico do MST – 10/08/2010	6
Plínio promete reforma agrária "sem pedir licença" – Eugênia Lopes - Agência Estado - 16/08/2010.....	7
A 'paz no campo' – Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/08/2010	8
Stedile: Dilma permitirá avançarmos mais em conquistas sociais – Brasil de Fato – 17/08/2010	10
País aceita pena da OEA por morte de sem-terra – Estado de São Paulo – Nacional – 17/08/2010	18
"O MST Tem Hoje muito menos força" – Gabriel Manzano - O Estado de São Paulo – 20/08/2010	19
No Pará, 6 mil registros de terras são cancelados - Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 20/08/2010	21
Governo Lula não mudou a calamidade no saneamento – O Globo – Capa – 21/08/2010	22
Preço das terras brasileiras cresce 30% em três anos – Sítio Eletrônico do MST – 22/08/2010	22
União limita compra de terras por estrangeiros – Juliano Basile - Valor Econômico – Capa – 24/08/2010.....	23
Restrição a estrangeiro pode afetar investidor – Marta Watanabe – Valor Econômico – Brasil – 24/08/2010	24
Limite da compra de terras pelo capital internacional só vale a partir desta semana – Sítio eletrônico do MST – 25/08/2010	24
Que agricultura familiar? – Valor Econômico – Opinião – 25/08/2010	26
Estrangeiro só comprará terra com sócio - Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 25/08/2010	28
"Um Presidente não pode ser complacente com movimentos que ameaçam produtores rurais", diz Kátia Abreu - Sítio Eletrônico da CNA – 26/08/2010	29
Empresas nacionais e estrangeiras concentram em ritmo violento a propriedade rural no Brasil Sítio – Eletrônico do MST – 26/08/2010	30
É preciso vigilância no processo de suspensão dos títulos – Sítio Eletrônico do MST – 26/08/2010	31
AGU prepara varredura em todos os registros – Sítio Eletrônico do MST – 26/08/2010	33
Estrangeiros teriam usado laranjas para registrar imóveis rurais no país – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 26/08/2010	34
Incrá repassa mais de 5 milhões de hectares de terra ao Instituto Chico Mendes – Sítio Eletrônico do MDA – 27/08/2010	35
Cassel: Acabou o tempo em que terra de reforma agrária era ruim – Sítio Eletrônico do INCRA – 30/08/2010	37

Cana mantém aquecido mercado de terras – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 02/08/2010

Projetos sucroalcooleiros implantados entre 2008 e 2010 têm provocado a valorização das terras nas regiões de cana-de-açúcar.

O quadro é reflexo da atuação de usinas ainda em fase de maturação e que mantêm, após um ano de melhora do caixa, seus investimentos em canaviais para atingir a capacidade total planejada de processamento de cana. O avanço prossegue nas novas fronteiras, localizadas principalmente nos Estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Estudo feito pela NAI Commercial Properties, multinacional americana especializada no mercado imobiliário, mostra que as terras na região do município de Pedro Afonso (TO) tiveram forte alta desde 2009. As áreas já abertas para agricultura estão valendo R\$ 3,6 mil o hectare, 33% mais do que em 2009, quando o hectare com as mesmas características valia R\$ 2,7 mil. As áreas de mata tiveram variação menor, no entanto, pouco desprezíveis. De R\$ 1,250 mil, o hectare desse tipo de terra subiu para R\$ 1,5 mil, alta de 20%, segundo levantamento da NAI.

“A infra estrutura oferecida na região de Pedro Afonso é um grande atrativo e, por isso, essa valorização. A região oferece o acesso aos rios Tocantins e Sono e deve se beneficiar com a construção da ferrovia Norte Sul”, explica Aloísio Barinotti, presidente da NAI.

O principal projeto de cana de Tocantins é o da multinacional Bunge, que inaugurou neste ano uma usina justamente em Pedro Afonso, onde detém cerca de 14 mil hectares cultivados com cana de açúcar. A multinacional adquiriu neste ano outros 70 mil hectares na mesma região, para onde deve expandir seu projeto sucroalcooleiro.

Procurada, a empresa apenas confirmou que adquiriu mais terras na região, mas sem informar a área. Acrescentou que o objetivo da empresa é elevar o volume de cana própria em 60%.

Algumas regiões de Goiás também registraram uma das maiores valorizações puxadas pela cana.

Estudo de mercado feito pela NAI na região do município de Edeia identificou que o hectare, que valia R\$ 8,5 mil em 2009, está sendo negociado agora no mercado a R\$ 10 mil, aumento de 17%. É no município de Edea que está o projeto da usina Tropical, sociedade entre a petroleira British Petroleum, com o grupo Maeda — agora vendido ao fundo Arion Capital — e da Santelisa Vale, agora controlada pela francesa Louis Dreyfus.

Nas proximidades estão os três projetos de usinas da ETHBioenergia, associação da ETH, do grupo Odebrecht com a Brenco. A empresa tem planos de expandir seus canaviais de 80 mil a 100 mil hectares por ano nos próximos três anos nas unidades de Goiás, e também na de Mato Grosso (Alto Taquari).

“Em 2008, 30 novas unidades industriais foram inauguradas no Centro-Sul. Em 2009, outras 20 usinas e mais dez neste ano. Esses projetos estão em estágios de maturação, cada um em sua fase, e são os principais motores desses investimentos em novos canaviais”, diz Antônio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

A busca por terras em Minas Gerais, antes limitada a pastagens degradadas do Triângulo Mineiro, deve se estender às áreas de milho, cultura que promete baixa

rentabilidade no próximo ciclo, diz Pierre Santos Vilela, coordenador da Assessoria Técnica da Federação da Agricultura do Estado (Faemg).

Como as 38 usinas sucroalcooleiras do Estado estão concentradas no Triângulo, as terras nessa região tiveram valorização de cerca de 3,5% de 2009 para 2010, segundo a Faemg. “A alternativa está sendo a expansão para as áreas de pecuária leiteira, no centro-oeste e noroeste do Estado”, diz.

Enquanto o preço do hectare menos produtivo no Triângulo é de R\$ 6,6 mil, as terras mais produtivas do oeste valem R\$ 5,2 mil, e as de pastagem, R\$ 2,8 mil.

Em Mato Grosso do Sul, os preços de áreas vêm se mostrando estáveis no último trimestre, segundo relatório da Scot Consultoria.

A maior procura é por áreas de pastagens degradadas. “Não temos muita competição pois ainda há sete milhões de hectares de pastagens degradadas disponíveis”, diz Luis Alberto Novaes, coordenador da Comissão de Agroenergia da Federação de Agricultura do Estado (Famasul).

MST de Rainha Jr. faz campanha pró-Dilma - JOSÉ ERNESTO CREDENDIO –
Folha de São Paulo- Brasil – 05/08/2010

DE BRASÍLIA

Grupos ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e outras entidades de sem-terra do Pontal do Paranapanema (extremo oeste de São Paulo) iniciaram campanha em favor de Dilma Rousseff (PT). Os sem-terra do Pontal espalharam bandeiras e distribuíram panfletos de apoio a ela. Oficialmente o MST não apoia nenhum candidato. Grandes bandeiras do PT, ao lado de flâmulas do MST, foram colocadas na entrada de acampamentos e assentamentos no Pontal e na região de Araçatuba (SP). Ontem, o líder sem terra José Rainha Jr. percorreu acampamentos para pregar pela petista e atacar o presidente Tucano, José Serra. Segundo Rainha, a campanha vai passar por cerca de 150 assentamentos e 70 acampamentos. "Estamos mostrando que o Serra, para a nossa região, só trouxe pedágio e presídio", disse. Em um manifesto denominado "A Nossa Tarefa", entidades defendem Dilma como "companheira" e afirmam que o "único objetivo" é eleger a petista neste ano. "Vamos transformar cada cidadão em um soldado desta campanha, é nosso dever é nossa obrigação, não podemos ficar esperando que a nossa candidata Dilma pronuncie sobre a Reforma Agrária... Dilma será a presidenta da continuidade de um governo operário nordestino, que a elite tanto combate", afirma o panfleto. Além do MST, o papel cita os grupos sem terra MTST, MLST, Mast e Uniterra, além da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Falta de políticas deixa trabalhadoras rurais mais vulneráveis à violência, diz Contag – Agência Brasil – 10/08/2010

A falta de políticas públicas para o campo resulta em uma maior vulnerabilidade das trabalhadoras rurais em relação à violência contra a mulher.

A avaliação é da secretária de Mulheres da **Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)**, Carmem Foro.

"Vivemos em um país que, há bem pouco tempo, começou a dar um pouco de atenção ao meio rural brasileiro.

O histórico de abandono tem reflexo na vida das pessoas", disse, ao participar do 2º Seminário no Campo e na Floresta, Políticas Públicas para as Mulheres.

De acordo com a secretária, faltam ações no âmbito do atendimento à mulher agredida e na prevenção à violência, assim como medidas voltadas ao fortalecimento da autonomia econômica das trabalhadoras rurais, para que elas possam sair de situações de violência.

"Todas essas questões podem nos ajudar a desconstruir um processo histórico de uma visão da sociedade sobre o lugar das mulheres. Precisamos de um conjunto de políticas que se articulem", afirmou, ao destacar áreas como saúde e educação.

Carmem reclamou da pouca quantidade de pesquisas e estudos sobre a violência contra mulheres no campo.

A ausência de um diagnóstico preciso no país foi confirmada pela secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Aparecida Gonçalves.

Para ela, o maior desafio é chegar às áreas rurais, uma vez que as longas distâncias dificultam o atendimento às vítimas e o acesso à informação para a prevenção.

"A mulher da cidade, quando sofre violência, pode ter pouco dinheiro, mas tem como chegar a uma delegacia, a um centro de referência ou a um posto de saúde. A mulher do campo e da floresta não, ela vai ter que esperar o ônibus pra vir à cidade."

De acordo com Aparecida, em geral, os serviços encontrados no meio rural são escolas e a presença de alguns agentes de saúde.

Uma portaria que será assinada ao final do encontro de hoje, segundo ela, vai estabelecer diretrizes para a política de enfrentamento à violência contra a mulher --por meio de ações sobretudo nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Reforma agrária, educação e cidadania – Sítio Eletrônico do MST – 10/08/2010

A democratização do conhecimento é considerada tão importante quanto a reforma agrária no processo de consolidação da democracia. Além dos acampamentos à beira de estradas, das ocupações de terra e de marchas contra o latifúndio, o MST luta desde 1984 pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos.

Os nossos esforços nessa área buscam, sobretudo, alfabetizar todos os companheiros e companheiras de acampamentos e assentamentos, e a conquista de condições reais para que todas as crianças e adolescentes estejam na escola. Para isso, é preciso capacitar e habilitar professores para que se tornem sabedores das necessidades dos estudantes.

A educação acontece de maneira permanente, em um movimento continuado de formação das pessoas. Escolarizar é incentivar a pensar com a própria cabeça, é desafiar a interpretar a realidade, elevando o nível cultural. É criar condições para que cada cidadão e cidadã construam, a partir dos seus pontos de vista, seus destinos.

Para isso, é fundamental garantir o acesso de crianças e jovens à educação e à escolarização nos vários níveis, em cumprimento ao artigo 6 da Constituição, que declara que a educação faz parte dos direitos sociais. Hoje, o trabalho com educação no MST está organizado em todo o país, desde a educação infantil à educação superior, em várias áreas do conhecimento.

Conquistas

Em toda a nossa história, foram conquistadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país (das quais 1.800 mil até a 4ª série, 400 até o Ensino Fundamental completo e apenas 50 para o Ensino Médio).

Há 300 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais estudando, entre crianças e adolescentes sem-terra, dos quais 120 mil em escolas públicas. Mais de 350 mil integrantes do MST já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos. Mais de 4 mil professores foram formados no movimento e em torno de 10 mil professores atuam nas escolas em acampamentos e assentamentos.

Mais de 100 mil sem-terras foram alfabetizados, entre crianças, jovens e adultos. Por ano, há aproximadamente 28 mil educandos e 2 mil professores envolvidos em processos de alfabetização. Por meio de parcerias com universidades públicas, trabalhadores e trabalhadoras rurais do MST estudam em 50 instituições de ensino.

Há aproximadamente 100 turmas de cursos formais e mais de 5 mil educandos nessas instituições. São cursos técnicos de nível médio (como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Magistério e Agroecologia), cursos superiores e especializações (como Pedagogia, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia, História).

Do desafio de garantir educação do campo, principalmente durante as lutas, surgiram outras inovações importantes, como as Escolas Itinerantes, que acompanham os acampamentos, que não têm localidade fixa. Temos 32 escolas, 277 educadores e 2.984 educandos envolvidos num processo educativo permanente.

As Escolas Itinerantes do MST são espaços de conhecimento, criação, socialização com base em valores democráticos, e se deslocam junto com os acampamentos. E já foram legalmente aprovadas e reconhecidas pelo Conselho

Estadual de Educação no Rio Grande do Sul (onde sofre atualmente com uma grande perseguição política), Santa Catarina, Paraná, Goiás, Alagoas, Pernambuco e Piauí.

Diversas atividades, encontros e cursos de capacitação em agroecologia foram realizados e continuam em andamento, na perspectiva de aprofundamento e troca de experiências em relação a novas técnicas agrícolas que estejam de acordo com o ambiente, produzindo alimentos de melhor qualidade para os consumidores.

Entre outras iniciativas, destacamos o Curso de Economia para a Agricultura, que capacitou 97 pessoas em 2006 e 2007; o Encontro Nacional sobre Meio Ambiente, que qualificou 330 camponeses e camponesas em 2006 e 2007; o Encontro Nacional de Agroecologia, que qualificou 74 pessoas (42 homens e 32 mulheres); o Curso de Tecnólogo em Agroecologia (2008), em quatro etapas, que capacitou 51 educandos. Conseguimos também vagas para nossos integrantes em cursos de ensino superior no exterior. Uma parceria com o governo de Cuba possibilitou que 46 sem-terra se tornassem médicos e mais 80 estejam estudando. Na Venezuela, temos 30 estudantes em um curso de capacitação para Agroecologia.

Comunicação e cultura

Desde 1981, o MST publica o Jornal Sem Terra, que possui atualmente uma tiragem de 20 mil exemplares, disponibilizados para todas as regiões onde há acampamentos e assentamentos. O jornal é uma importante fonte de informação e leitura dos sem-terra.

O movimento tem também 38 grupos teatrais em todo o Brasil, que fazem parte da Brigada Nacional Patativa do Assaré. O trabalho começou em 2001 na parceria com o Centro de Teatro do Oprimido e com o diretor de teatro Augusto Boal, dando origem à brigada nacional. Um dos momentos mais importantes dos atores e atrizes do movimento foi a apresentação, em 2005, do grupo “Filhos da Mãe... Terra” no Teatro de Arena Eugênio Kusnet, em São Paulo.

No último período, o movimento tem buscado fazer um trabalho especial com a juventude, que precisa estudar, trocar experiências e se qualificar para atuar nos assentamentos, garantindo a permanência no campo. Em 2007, foi realizado um seminário da juventude com 150 jovens das cinco regiões do nosso país.

Em 2008, mais de 800 jovens fizeram um encontro na Universidade Federal Fluminense, onde debateram o papel da juventude na luta pela reforma agrária e para o desenvolvimento com justiça social nas áreas rurais.

(do documento MST: Lutas e Conquistas/2009)

Plínio promete reforma agrária "sem pedir licença" – Eugênia Lopes - Agência Estado - 16/08/2010

Duas semanas depois de cobrar de seus adversários na corrida presidencial apoio a documento favorável à reforma agrária, o candidato do PSOL à Presidência, Plínio de Arruda Sampaio, assinou hoje carta do Fórum Nacional pela **Reforma Agrária**.

A proposta que contou com a adesão formal de Plínio prevê a realização de plebiscito para o estabelecimento de limites para o tamanho da propriedade da terra no Brasil. "Só

com a pressão do povo brasileiro é que a burguesia cederá à reforma agrária", disse Plínio, que prometeu fazer reforma agrária "sem pedir licença para ninguém", caso seja eleito presidente da República. "Vamos ocupar a terra".

Plínio, que passou a tarde de hoje em Brasília, voltou a criticar o agronegócio. "Hoje existem 5,5 milhões de fazendas no Brasil, das quais 1% delas, ou seja, 55 mil, tem 44% da terra", afirmou o candidato do PSOL, que também gravou participação em um programa de TV. "Vamos brigar com pouco mais de 50 mil pessoas, que têm verdadeiros impérios que são escandalosos", avaliou.

Para Plínio, a falta da reforma agrária é um dos fatores determinantes para a pobreza e a violência nas grandes cidades. "No campo é que começa a pobreza, que depois muda para a cidade". Segundo o candidato, "aquele pobre que dorme na rua foi um agricultor expulso do campo". "Ele fica sem dinheiro na cidade e os menos conformados vão para o crime", completou.

Um dos fundadores do PT, Plínio foi o responsável pela elaboração do programa de reforma agrária apresentando pelo então candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Na época, a proposta de Plínio sofreu alterações feitas pela campanha petista, como a redução da meta de assentamentos. "Fico triste de ver um governo que chegou lá se render a interesses baixos e escusos", afirmou Plínio, ao criticar a política agrária do governo Lula.

A'paz no campo' – Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/08/2010

A situação é propriamente surreal. Enquanto permanecemos discutindo sobre se as sentenças judiciais de reintegração de posse, antes e depois de proferidas, devem ou não passar por um processo de mediação estipulado pela Ouvidoria Agrária Nacional, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tribunais pelo País afora decidiram recomendar a seus juízes que sigam as orientações da mesma Ouvidoria Agrária. Na verdade, ficamos centrados na questão de se essa proposta deve ou não ser retirada do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) ou do programa da candidata Dilma Rousseff, quando se trata apenas da parte visível de um grande iceberg.

Ora, não estamos diante de uma proposta, mas de algo que já está operando praticamente em vários tribunais do País, graças a atos administrativos de seus respectivos corregedores. Os Estados em questão são Maranhão, Pará, Bahia, Acre, Ceará e Paraná. Preliminarmente, observemos que os despachos dos respectivos corregedores utilizam uma mesma linguagem, estipulada no próprio ofício da Ouvidoria Agrária Nacional. Particularmente, todos se dizem preocupados com a "paz no campo" e com os "direitos das pessoas", devendo o Incra e a própria Ouvidoria ser ouvidos antes da concessão das liminares e, depois, no que diz respeito às suas condições de execução. Não é demais assinalar que, sob essas condições, as liminares de reintegração de posse, se tais recomendações forem seguidas pelos juízes, ficarão cada vez mais difíceis de ser cumpridas, algumas mesmo inexequíveis. O que é que se entende por "paz no campo" e "direitos das pessoas", mais especificamente, dos "ocupantes"? Os invadidos não cabem bem – ou deles são excluídos – nos "direitos das pessoas", talvez

por não serem “pessoas” ou “humanos” .

Na perspectiva dos ditos movimentos sociais, em particular do MST, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outras organizações congêneres, a “paz” significa o direito de invadir qualquer propriedade, sequestrar, manter em cárcere privado, matar bois (de preferência com requintes de crueldade, cortando os tendões dos animais), queimar galpões, expulsar e intimidar trabalhadores, aterrorizá-los e destruir maquinários e colheitas. Ou seja, enquanto “se dialoga” com a Ouvidoria Agrária Nacional e o Incra, que reproduzem na maioria dos casos as mesmas posições dos ditos movimentos sociais, estes podem, impunemente, continuar com suas ações. A impunidade estaria assegurada em nome dos “direitos dos ocupantes”. Observe-se que a palavra utilizada . “ocupação”, como se não se tratasse de uma invasão, crime juridicamente tipificado. O uso dessa palavra é revelador, porque procura fazer com que atos fora da lei caiam, por assim dizer, dentro da lei, não podendo ser objeto de sanções e punições. Os ocupados, isto é, os invadidos, ficariam, então, à mercê da violência, pois esta aparece travestida de um eufemismo, a saber, o da “ocupação pacífica”. De fato, deve ser muito “pacífico” ver a sua propriedade invadida por pessoas armadas de facões e foices, com a destruição se disseminando por toda parte. Note-se, ainda, que essas invasões obedecem a uma logística preestabelecida, começando às 5 da manhã, com batalhões precursores, em muitos casos armados com armas de fogo. Horas depois, quando chegamos jornalistas, eles são substituídos por crianças e mulheres, com o intuito de convencer a opinião pública do bem fundado de suas reivindicações.

Outra expressão utilizada é “reforma agrária”, como se fosse esse o objetivo dos ditos movimentos sociais. Há uma questão demonta a ser enfrentada aqui, pois diz respeito à natureza da reforma agrária e, mais especificamente, do MST e da CPT. Trata-se de organizações revolucionárias que têm como objetivo destruir a economia de mercado, o direito de propriedade, o Estado de Direito e a democracia representativa. Todas as suas ações se inserem nessa perspectiva mais global, tendo como meta a instauração, no Brasil, de um Estado socialista/ comunista. O direito de propriedade , para eles, é um roubo, devendo ser substituído pela propriedade coletiva da terra. Seguem o modelo que foi instaurando na ex- União Soviética, na China maoista e em Cuba. Os resultados, aliás, são conhecidos: mortandade de milhões de pessoas por fome, eliminação física dos que se opunham a esse modelo e ruína agrícola e econômica dessas sociedades. É claro que o discurso era – e é – apresentado como se fosse de natureza moral, visando . “solidariedade” e à “paz no campo”. Nada muito diferente historicamente.

Agora, o que causa estupor é o fato de vários Tribunais de Justiça estarem apoiando esse tipo de iniciativa. Talvez alguns o façam de boa-fé, porém a questão não é essa, pois ela envolve a natureza mesma da sociedade em que vivemos. Ao apoiar e mas ações da Ouvidoria Agrária Nacional, estão, de fato, apoiando organizações revolucionárias que procuram inviabilizar o próprio arcabouço constitucional do Estado brasileiro. Visam a inviabilizar o Estado de Direito, instaurando a violência em nome da “paz do campo”.

A questão, portanto, é se vingará no País a “paz (violenta, revolucionária) do campo” ou o Estado de Direito e uma sociedade baseada na liberdade. Os atos normativos baixados pelas corregedorias dos tribunais mencionados se fazem sob a forma de “recomendações” administrativas, não tendo a força da obrigatoriedade. Nesse sentido, sempre se poderá arguir que a liberdade do juiz foi preservada.

É, porém, forçoso reconhecer que essa liberdade começa a ser, cada vez mais, vigiada, como se pairasse sobre a decisão judicial uma recomendação que, em caso de concessão de liminar, não foi seguida. Cria-se um constrangimento para o juiz e, mais do

que isso, um cerceamento possível de sua liberdade. Pior ainda, um órgão do Poder Executivo, no caso, a Ouvidoria Agrária, começa a lançar seus tentáculos para dentro do Judiciário.

Stedile: Dilma permitirá avançarmos mais em conquistas sociais – Brasil de Fato – 17/08/2010

Para João Pedro Stedile, dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina, a vitória de Dilma permitirá um cenário e correlação de forças mais favoráveis ao avanço de conquistas sociais. Em entrevista ao Brasil de Fato, Stédile diz que Serra representa a burguesia e a volta do neoliberalismo e por isso é preciso derrotá-lo nas eleições de outubro. A candidatura de José Serra (PSDB) representa o núcleo central dos interesses da burguesia e a volta do neoliberalismo. Esta é a avaliação João Pedro Stedile. Em sua primeira entrevista ao Brasil de Fato, o dirigente nacional do MST e da Via Campesina constata que, no atual cenário eleitoral, as candidaturas não estão debatendo programas, projetos para a sociedade. Mas, segundo ele, elas representam claramente interesses diversos de forças sociais organizadas. Nesse sentido, Stedile afirma que Serra representa os interesses da burguesia internacional, da burguesia financeira, dos industriais de São Paulo, do latifúndio atrasado, com Katia Abreu de coordenadora de finanças e setores do agronegócio do etanol. E, frente a esse cenário, defende que, “como militantes sociais, e como movimentos sociais, temos a obrigação política de derrotar a candidatura Serra”.

Brasil de Fato: Com a implementação do modelo neoliberal, os bancos e o capital financeiro aumentaram seus lucros e passaram a dirigir a economia do Brasil, que se sustenta na política de juros altos, meta de inflação, arrocho fiscal e política de exportações. Quais as consequências desse modelo? João Pedro Stedile: Estamos vivendo a etapa do capitalismo que se internacionalizou, dominou toda a economia mundial sob a hegemonia do capital financeiro e das grandes corporações que atuam em nível internacional. O mundo é dominado por 500 grandes empresas internacionalizadas, que controlam 52% do PIB mundial e dão emprego para apenas 8% da classe trabalhadora. As consequências em nível mundial são um desastre, pois toda população e os governos nacionais precisam estar subordinados a esses interesses. E eles não respeitam mais nada, para poder aumentar e manter suas taxas de lucro. Seus métodos vão desde a apropriação das riquezas naturais, deflagração de conflitos bélicos para manter as fontes de energias e controle do Estado, para se apropriarem da mais-valia social ou poupança coletiva através dos juros que os estados pagam aos bancos. No Brasil, a lógica é a mesma. Com um agravante, sendo uma economia muito grande e dependente do capital estrangeiro, aqui o processo de concentração de capital e de riqueza é ainda maior. Esta é a razão estrutural do porquê – apesar de sermos a oitava economia mundial em volume de riquezas – estamos em 72º lugar nas condições médias de vida da população e somos a quarta pior sociedade do mundo em desigualdade social. Portanto, essa fase do capitalismo, em vez de desempenhar um papel progressista no desenvolvimento das forças produtivas e sociais, como foi a etapa do capitalismo industrial; agora, os níveis de concentração e desigualdade só agravam os problemas sociais.

Brasil de Fato: Mesmo com a eleição de governos mais progressistas, o Estado brasileiro mantém seu caráter antipopular, sem a realização de mudanças mais profundas que resolvam os problemas estruturais do país. Como você avalia a democracia e o Estado no Brasil?

Stedile: Primeiro, há uma lógica natural do funcionamento da acumulação e da exploração do capital que sobrepõe os governos e as leis. Segundo, no período neoliberal, o que o capital fez foi justamente isso, privatizar o Estado. Ou seja, a burguesia transformou o Estado em seu refém, para que ele funcione apenas em função dos interesses econômicos. E sucateou o Estado nas áreas de políticas públicas de serviços que servem a toda população, como educação, saúde, transporte público, moradia etc. Por exemplo, temos 16 milhões de analfabetos. Para alfabetizá-los, custaria, no máximo, uns R\$ 10 bilhões. Parece muito – o Estado, com todo seu aparato jurídico impede de aplicar esse dinheiro –, mas isso representa duas semanas do pagamento de juros que o Estado faz aos bancos. Construimos viadutos e estradas em semanas, mas para resolver o deficit de moradias populares é impossível? Temos ainda 10 milhões de moradias faltando para o povo.

Por último, a sociedade brasileira não é democrática. Nós nos iludimos com as liberdades democráticas de manifestação, que conquistamos contra a ditadura, que foram importantes. Mas a verdadeira democracia é garantir a cada e a todos cidadãos direitos e oportunidades iguais, de trabalho, renda, terra, educação, moradia e cultura. Por isso, mesmo quando elegemos governos com propostas progressistas, eles não têm força suficiente para alterar as leis do mercado e a natureza do Estado burguês.

Brasil de Fato: Na política internacional, o governo Lula investiu na relação com países do hemisfério Sul, com o fortalecimento do Mercosul e da Unasul, por exemplo. Qual a sua avaliação dessa política e quais os seus limites?

Stedile: O governo Lula fez uma política externa progressista no âmbito das relações políticas de Estado. E uma política dos interesses das empresas brasileiras, nos seus aspectos econômicos. Comparado às políticas neoliberais de FHC, que eram totalmente subservientes aos interesses do imperialismo, isso é um avanço enorme, pois tivemos uma política soberana, decidida por nós. Na política, se fortaleceram os laços com governos latinos e daí nasceu a Unasul para a América do Sul, e a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) para todo o continente, excluindo-se os Estados Unidos e o Canadá. Esses dois organismos representam o fim da OEA. Aliás, já tarde. Na economia se fortaleceram laços econômicos com países do Sul. Mas ainda precisamos avançar mais na construção de uma integração continental que seja de interesse dos povos, e não apenas das empresas brasileiras, ou mexicanas e argentinas. Uma integração popular latino-americana no âmbito da economia será o fortalecimento do Banco do Sul, para substituir o FMI. O banco da Alba, para substituir o Banco Mundial. E a construção de uma moeda única latino-americana, como é proposto pela Alba, através do sucre, para sair da dependência do dólar. Se queremos independência e soberania econômica nas relações internacionais e latino-americanas, é fundamental colocarmos energias para derrotar o dólar. O dólar foi fruto da vitória estadunidense na segunda guerra mundial e tem sido, nessas décadas todas, o principal mecanismo de espoliação de todos os povos do mundo. Num aspecto mais amplo, o presidente Lula tem razão: as Nações Unidas não representam os interesses dos povos, e por isso é besteira o Brasil sonhar em ter a presidência. Precisamos é construir novos e mais representativos organismos internacionais. Mas isso não depende de propostas ou

vontade política. Depende de uma nova correlação de forças mundial, em que governos progressistas sejam maioria. E hoje não são.

Brasil de Fato: O sistema de televisão e rádio é extremamente concentrado no Brasil, em comparação até com os outros países da América Latina. Quais as consequências disso para a luta política?
Stedile: Durante o século 20, hegemônico pela democracia republicana e pelo capitalismo industrial que produziu uma sociedade de classes bem definida, a reprodução ideológica da burguesia se dava pelos partidos políticos, pelas igrejas e pelos sindicatos e associações de classe. Agora, na fase do capitalismo internacionalizado e financeiro, a reprodução da ideologia dominante se dá pelos meios de comunicação, em especial redes de televisão e as agências internacionais de notícias. A burguesia descartou os outros instrumentos e prioriza estes, os quais tem controle total. Por isso, no Brasil, na América Latina e em todo o mundo, os meios de comunicação estão sob controle absoluto das burguesias. E eles usam como reprodução ideológica, como fonte de ganhar dinheiro e como manipulação política. E como seus padrões estão internacionalizados, suas pautas e agendas estão também centralizadas. Por isso, a construção de um regime político mais democrático, mesmo nos marcos do capitalismo, depende fundamentalmente da democratização dos meios de comunicação. Isso é fundamental para garantir o direito ao acesso à informação honesta e impedir a manipulação das massas. E os governos deveriam começar eliminando a publicidade estatal, em qualquer nível, em qualquer meio de comunicação. É uma vergonha o que se gasta em publicidade oficial. No Paraná, para se ter uma ideia, em oito anos de governo Lerner [1995-2002], o Estado pagou mais de R\$ 1 bilhão em publicidade para dois ou três grupos de comunicação.

Brasil de Fato: As grandes cidades brasileiras enfrentam problemas como falta de habitação, saneamento básico, escolas, hospitais, além de trânsito e violência. Como você analisa a questão urbana?
Stedile: A maior parte da população se concentra nas grandes cidades, e aí estão concentrados também os pobres e os maiores problemas resultantes desse modelo capitalista, e de um Estado que atua somente em favor dos ricos. Os pobres das grandes cidades se amontoam nas periferias, não têm direito a moradia, escola, transporte público decente, trabalho, renda. Nem a lazer. Sobram os programas de baixaria da televisão como lazer. Nesse contexto é evidente que o sistema gera um ambiente propício para o narcotráfico, para a violência social.

Brasil de Fato: E o Estado, o que tem feito através dos mais diferentes governos?
Stedile: A única resposta tem sido a repressão. Mais polícia, mais violência oficial, mas cadeia. As cadeias estão cheias de pobres, jovens, mulatos ou negros. Há uma situação insustentável de tragédia social. Todos os dias assistimos os absurdos da desigualdade social, do descaso do Estado e da truculência do capital. As estatísticas são aterrorizantes: 40 mil assassinatos por ano nas grandes cidades, a maioria pela polícia. Por isso os movimentos sociais apoiaram a campanha pelo desarmamento. Mas a força das empresas bélicas financiou deputados, campanhas etc., e o povo caiu na ilusão de que o problema da violência urbana se resolveria tendo o direito de ter arma. Acredito que a pobreza e a desigualdade nas grandes cidades brasileiras é o problema social mais grave que temos. Infelizmente nenhum candidato está debatendo o tema, nem quando o debate é para prometer segurança! Segurança para quem? As famílias precisam de segurança de trabalho, renda, escola para os filhos.

Brasil de Fato: Nas eleições presidenciais, o quadro apresenta duas candidaturas que polarizam a disputa, enquanto as outras não demonstram força para mudar essa situação. Nessa conjuntura, quem abre melhores perspectivas para a classe trabalhadora e para a reforma agrária?

Stedile: As candidaturas não estão debatendo programas, projetos para a sociedade. Mas as candidaturas representam claramente interesses diversos de forças sociais organizadas. Serra representa os interesses da burguesia internacional, da burguesia financeira, dos industriais de São Paulo, do latifúndio atrasado, com sua Katia Abreu de coordenadora de finanças, e setores do agronegócio do etanol. Dilma representa setores da burguesia brasileira que resolveram se aliar com Lula, setores mais arejados do agronegócio, a classe média mais consciente, e praticamente todas as forças da classe trabalhadora organizada. Vejam, apesar de toda popularidade do Lula, nessa campanha, a Dilma reuniu mais forças da classe trabalhadora do que na eleição de 2006. A candidatura da Marina representa apenas setores ambientalistas e da classe média dos grandes centros, e por isso seu potencial eleitoral não decola. E temos três candidaturas de partidos de esquerda, com companheiros de biografia respeitada de compromisso com o povo, mas que não conseguiram aglutinar forças sociais ao seu redor, e por isso, o peso eleitoral será pequeno. Nesse cenário, nós achamos que a vitória da Dilma permitirá um cenário e correlação de forças mais favoráveis a avançarmos em conquistas sociais, inclusive em mudanças na política agrícola e agrária. E evidentemente que nesse cenário incluímos a possibilidade de um ambiente propício para maior mobilização social da classe trabalhadora como um todo, para a obtenção de conquistas. Como militantes sociais, e como movimentos sociais, temos a obrigação política de derrotar a candidatura Serra, que representa o núcleo central dos interesses da burguesia e a volta do neoliberalismo.

Brasil de Fato: O MST apresentou uma avaliação de que a luta eleitoral não é suficiente para a realização das mudanças sociais. Por outro lado, analisa que é um momento importante no debate político. Como o MST vai se envolver nessas eleições?

Stedile: A esquerda brasileira, os movimentos sociais e políticos ainda estão aturridos com a derrota político-ideológica-eleitoral que sofremos em 1989. Isso levou a muitas confusões, e também a alguns desvios de setores da classe. Vivemos um período da história da luta de classes de nosso país – e poderíamos dizer em nível internacional, na maioria dos países – em que a estratégia para conseguir acumular forças para mudanças sociais é a combinação da luta institucional com a luta social. Na luta institucional, compreendemos a visão gramsciana na qual os interesses da classe trabalhadora precisam disputar e ter hegemonia na disputa de governos nos três níveis: municipal, estadual e federal. Nos espaços do conhecimento, universidade, meios de comunicação. Nos sindicatos, igrejas e outras instituições da sociedade de classes. E a luta social são todas as formas de mobilização de massa, que possibilitam o desenvolvimento da consciência de classe e a conquista de melhores condições de vida – sabendo que elas dependem de derrotar os interesses do capital. Pois bem, o que aconteceu no último período? Parte da esquerda e da classe trabalhadora priorizou a luta institucional da disputa apenas de governos e menosprezou, desdenhou a luta social. E parte dos movimentos sociais, desencantado com a crise ideológica, desdenhou a luta institucional, como se a luta direta, de massas, fosse suficiente. Luta social apenas, sem disputar projeto político na sociedade e sem disputar os rumos institucionais do Estado, não consegue acumular para a classe. Podem até eventualmente resolver problemas pontuais da classe, mas não mudam a natureza estrutural da sociedade. O MST

compreende que devemos aglutinar, combinar, estimular as duas formas de luta, de forma permanente. Para que com isso possamos acumular forças, organizadas, de massa, de forma orgânica, que construa um projeto político da classe e ao mesmo tempo crie condições para o reascenso do movimento de massas, pois este é o período histórico em que a classe tem condições de ir para a ofensiva, de tomar iniciativa política, de pautar seus temas para todo o povo. Por isso, claro que todo militante do MST, como cidadão consciente, deve arregaçar as mangas e ajudar a eleger os candidatos mais progressistas em todos os níveis. Isso é uma obrigação de nosso compromisso com a classe.

Brasil de Fato: Desde os tempos do governo FHC, José Serra fez declarações contra a reforma agrária e o MST. No entanto, nas últimas semanas, vem intensificando os ataques. Na sua visão, por que ele vem agindo dessa forma?
Stedile: Por dois motivos. Primeiro, porque as forças sociais que ele representa agora, como porta-voz maior, são as forças da classe dominante do campo e da cidade, que são contra os interesses dos camponeses, da classe trabalhadora em geral e do povo brasileiro. Portanto, ele é contra a reforma agrária não porque não goste do MST, mas por uma questão de interesse de classe. Segundo, na minha avaliação, é que a coordenação tucana acha que a única chance do Serra crescer eleitoralmente é adotar um discurso de direita, para polarizar e, então, se mostrar mais de confiança do que a Dilma. Por isso adotou todos os ícones da esquerda para bater. Bate em nós, em Fidel, em Cuba, Chávez, Evo Morales, até no bispo Lugo ele bateu. Achou uma conexão das Farc com o PT absurda. Ele sabe que o partido está mais próximo da social-democracia. Não é por ignorância, é por tática eleitoral. Acho que ele errou também na tática. E vai ficar refém de seu discurso de direita sem ampliar os votos. Eu acho ótimo que ele se revele como direitista mesmo. Ajuda a clarear os interesses de classe das candidaturas. E por isso mesmo vai perder de maior diferença do que o Alckmin perdeu do Lula em 2006.

Brasil de Fato: Atualmente, o movimento sindical vem fazendo a luta pela redução da jornada, mas está fragmentado em uma série de centrais sindicais. Quais os problemas e desafios da luta sindical atualmente?
Stedile: Não tenho a pretensão de dar lições a ninguém. Há valorosos companheiros que atuam na luta sindical que têm muitos elementos para analisar a situação da organização de classe. Os problemas e desafios da organização sindical são evidentes. Mas não estão no número de sindicatos ou de centrais. Isto, ao contrário, até poderia ser visto como vitalidade, já que as correntes sindicais sempre existiram, são importantes e aglutinam por vertentes ideológicas. Os desafios da unidade da classe nos sindicatos passam pela necessidade de recuperarmos o trabalho de base, a organização, de toda a classe, lá no local de trabalho e no de moradia. Ninguém mais quer fazer reunião na porta de fábrica, na fábrica (mesmo que de forma clandestina, como era nos tempos do Lula). Precisamos recuperar o sentido da luta de massas como a única expressão da força da classe. Precisamos recuperar o debate de temas políticos, relacionados com um programa para a sociedade que extrapole as demandas salariais e corporativas. Precisamos recuperar a importância de o movimento sindical ter seus próprios meios de comunicação de massa. Saúdo a chegada da televisão dos trabalhadores no ABC. Mas precisaríamos ter antes, e em todas regiões metropolitanas. Precisamos recuperar a formação de militantes da classe trabalhadora, em todos os níveis. Sem conhecimento, sem teoria, não haverá mudanças. E, com essas iniciativas, certamente poderemos construir um processo de maior unidade, já que os interesses da classe como um todo serão o denominador

comum, e de construção do reascenso do movimento de massas.

Brasil de Fato: Um grupo de dirigentes e estudiosos avalia que a sociedade brasileira passou por uma transformação, e sindicatos e partidos políticos não são suficientes para organizar o povo brasileiro, especialmente com o aumento da informalidade. Com isso, seria necessário construir novos instrumentos para a luta política. Como você avalia os desafios organizativos da classe trabalhadora?

Stedile: As formas de organização da classe em partidos, sindicatos e associações de bairro foram desenvolvidas pela classe, como respostas ao desenvolvimento da exploração pelo capitalismo industrial, desde os tempos de Marx até os dias atuais. Acho que o problema não é ficar analisando se serve ou não, jogar tudo fora e pensar novos instrumentos. Cada tempo histórico tem suas formas de organização, suas formas de luta de massa e produz suas próprias lideranças. Estamos vivendo um período de derrota político-ideológica que gerou crise ideológica e organizativa na classe. Um período de refluxo do movimento de massas. Mas isso faz parte de um período, de uma onda. Logo ingressaremos em novos períodos. Acho que o principal não é discutir a forma, mas tratar de organizar de todas as maneiras possíveis todos os setores da classe trabalhadora. E evidentemente que a forma sindical ou partidária não está conseguindo chegar na juventude pobre, da classe trabalhadora das periferias. E precisamos descobrir novos métodos e novas formas. As formas podem ter outros rótulos, outros apelidos, mas o principal é que a classe precisa se organizar do ponto de vista econômico, corporativo, para resolver suas necessidades e problemas imediatos; e precisa ter organização política, para disputar projetos para a sociedade. E só vamos resolver os problemas de organização organizando. A prática é a melhor conselheira, do que grandes teses, nesse caso.

Brasil de Fato: Dentro de um modelo que tem hegemonia de bancos e do capital financeiro, com o enfraquecimento da indústria, baseado no consumo de massa, quais as perspectivas de futuro para a juventude?

Stedile: A juventude pobre, da classe trabalhadora urbana, não tem espaço nesse modelo de dominação do capital financeiro e internacionalizado. Nem nos países chamados ricos, como na Europa, onde o desemprego atinge até 40% da juventude. O futuro da juventude está justamente em desenvolver uma consciência como classe trabalhadora. Se apenas ficar se olhando como jovem e sem oportunidades, não vai encontrar as respostas, vai ficar velho sem as respostas. Precisamos desenvolver consciência de classe, e motivá-los para que se mobilizem, lutem. E como estão fora das fábricas, da escola, temos que desenvolver novas formas de trabalho político com a juventude, que ajude a debater, a se aglutinar, para que descubra que o futuro é agora. Tenho esperanças, há uma massa enorme da juventude trabalhadora urbana que está em silêncio. Ou ainda alienada, iludida. Alguns tentando entrar no mercado consumidor, como se fosse a felicidade geral. Logo perceberão que precisam ter uma atitude, uma participação ativa na sociedade.

Brasil de Fato: O MST vem fazendo a avaliação de que a reforma agrária não avançou durante o governo Lula. Por quê?

Stedile: É preciso ter claro os conceitos e o significado da reforma agrária. Reforma agrária é uma política pública, desenvolvida pelo Estado, para democratizar a propriedade da terra e garantir o acesso a todos os camponeses que queiram trabalhar na terra. Do ponto de vista histórico, ela surgiu numa aliança da burguesia industrial no poder com os camponeses que precisavam terra, para sair da exploração dos

latifundiários. E, assim, a maioria das sociedades modernas fez reforma agrária a partir do século 19 e ao longo do século 20. Depois tivemos as reformas agrárias populares e socialistas, que foram feitas por governos populares ou revolucionários, no bojo de outras mudanças sociais. Aqui no Brasil nunca tivemos reforma agrária. A burguesia brasileira nunca quis democratizar a propriedade da terra. Ela preferiu manter aliança com os latifundiários para que continuassem exportando matérias-primas (e aí ela usaria os dólares da exportação para bancar a importação de máquinas) e sobretudo preferiu expulsar os camponeses para a cidade, para criar um amplo exército industrial de reserva, que manteve ao longo do século 20 os salários industriais mais baixos de todas as economias industriais do mundo. E os camponeses brasileiros nunca tiveram forças, sozinhos nem em aliança com os trabalhadores da cidade, para impor uma reforma agrária aos latifundiários. Chegamos mais perto disso em 1964. E tivemos um baita programa de reforma agrária, em aliança com o governo Goulart. A resposta da burguesia foi se aliar com Império e impor a ditadura militar de classe. As políticas dos governos no Brasil e do governo Lula são de assentamentos rurais. Ou seja, aqui e acolá, pela força da pressão camponesa, desapropria algumas fazendas para aliviar os problemas sociais. Mas isso não é reforma agrária. Tanto que o censo do IBGE de 2006 revelou que agora a concentração da propriedade da terra é maior do que no censo de 1920, quando recém saímos da escravidão. E no governo Lula não tivemos espaço para debater um processo de reforma agrária verdadeiro, e nem tivemos força de massas para pressionar o governo e a sociedade. Por isso, a atual política de assentamentos é insuficiente por um lado, mas reflete a correlação de forças políticas que há na sociedade. Lamentamos apenas que algumas forças dentro do governo se iludam a si mesmas, fazendo propaganda ou achando que essa política de assentamentos –
insuficiente – fosse reforma agrária.

Brasil de Fato: Alguns estudiosos e setores sociais, até mesmo na esquerda, avaliam que passou o tempo da reforma agrária no Brasil. Qual o papel da reforma agrária dentro do atual estágio de desenvolvimento?
Stedile: É verdade, nós também dizemos isso. Não há mais espaço para uma reforma agrária clássica, que visava apenas distribuir terra aos camponeses e eles produzirem com suas próprias forças e família para o mercado interno. Esse modelo era viável no auge e para o desenvolvimento nacional e do capitalismo industrial. Mas ele é inviável não porque o MST desdenha, e sim porque as forças políticas e sociais que poderiam ter interesse não têm mais. Se houvesse uma reviravolta nas classes que dominam o Brasil, e um novo projeto de desenvolvimento nacional e industrial entrasse na pauta política, aí a reforma agrária clássica teria lugar. Mas não é isso que se desenha. Então, qual a alternativa agora? É lutar por um novo tipo de reforma agrária. Uma reforma agrária que nós chamamos de popular. Que o movimento de pequenos agricultores chama de Plano Camponês, que a própria **Contag** e Fetraf chamam de agricultura familiar. São rótulos diferentes para um conteúdo semelhante. Ou seja, nós precisamos reorganizar o modelo de produção agrícola do país. Nós queremos usar nossa natureza para uma agricultura diversificada, fixando as pessoas no meio rural com melhoria das condições de vida, eliminando o latifúndio (não precisa ser muitos, apenas os acima de 1.500 hectares), adotando técnicas de produção de agroecologia, respeitadas ao meio ambiente e, sobretudo, produzindo alimentos saudáveis para o mercado interno. Nossa proposta de reforma agrária popular, no entanto, depende de um novo modelo de desenvolvimento, que tenha distribuição de renda, soberania nacional, rompimento com o domínio do capital estrangeiro sobre a agricultura e a natureza.

Brasil de Fato: Como a reforma agrária pode beneficiar o conjunto da sociedade, especialmente a população das cidades?

Stedile: A reforma agrária e a fixação do homem no campo são fundamentais para reduzir o desemprego na cidade e elevar os patamares do salário mínimo e a média salarial. A burguesia só paga baixos salários e aumenta o número de empregados domésticos porque todos os dias chegam milhares de novos trabalhadores se oferecendo para serem explorados. A reforma agrária é a única que pode produzir sem venenos. A grande propriedade do agronegócio só consegue produzir com veneno, porque não quer mão de obra, e esse veneno vai para o estômago de todos nós. Na última safra foram um bilhão de litros de venenos, 6 litros por pessoa, 150 litros por hectares. Uma vergonha. Um atentado. A reforma agrária ajuda a resolver o problema de moradia e do inchaço das cidades. Também vai reequilibrar o meio ambiente e com isso teremos menos mudanças climáticas que estão afetando agora, com mais força, as cidades. Vejam o que aconteceu no Nordeste. Num dia, 13 cidades foram varridas do mapa pelas chuvas torrenciais. Não foi a chuva a culpada, e sim o monocultivo da cana que alterou o equilíbrio e empurrou o povo para a beira do rio. Mas isso só o general Nelson Jobim viu e teve coragem de dizer. A Globo ficou quietinha procurando acobertar. Nenhuma área de reforma agrária de Pernambuco e Alagoas foi atingida, por que será? E nossos assentamentos foram os primeiros, antes do governo, a dar guarida aos desabrigados.

Brasil de Fato: Por que a Via Campesina e o MST vêm realizando protestos contra as grandes empresas do agronegócio? As ocupações de terras não são suficientes ou não servem mais para a luta pela reforma agrária?

Stedile: Como disse antes, agora a disputa não é mais apenas entre os pobres sem-terra e os latifundiários. Agora é uma disputa de modelo para produção e uso dos bens da natureza. De um lado temos o agronegócio, que é a aliança entre os grandes proprietários, o capital financeiro, que os financia – veja que, de uma produção de R\$ 112 bilhões, os bancos adiantam R\$ 100 bi para eles poderem produzir –, as empresas transnacionais que controlam a produção de insumos, sementes, o mercado nacional e internacional e as empresas de mídia. E, de outro lado, os sem-terra, os camponeses com pouca terra e a agricultura familiar em geral. E nesse marco de disputa, nosso inimigo principal são os bancos e as empresas transnacionais. Então, fazemos a luta de classes contra nossos inimigos principais e ao mesmo tempo devemos seguir lutando para melhorar as condições de vida, com novos assentamentos, moradia rural, luz para todos, programa de compra de alimentos pela Conab, um novo crédito rural etc. Essas medidas, embora setoriais, também ajudam a acumular força como classe.

Brasil de Fato: Nos próximos dias, o MST vai realizar atividades pela reforma agrária. Como serão essas mobilizações e quais seus objetivos? Elas têm alguma relação com o período eleitoral?

Stedile: A coordenação nacional do MST escolheu há tempos essa semana de meados de agosto para realizar uma campanha nacional de debates em torno da reforma agrária. É uma forma concentrada de esforços para desenvolver diferentes maneiras de agitação e propaganda; para levar nossas ideias à classe trabalhadora urbana; para denunciar os problemas e malefícios que o agronegócio, com seus venenos e sua sanha concentradora, causa para toda a sociedade; e, ao mesmo tempo, mostrar justamente os benefícios de uma reforma agrária popular. Esperamos que nossa militância se engaje em todo país, para essa jornada de conscientização de massas.

País aceita pena da OEA por morte de sem-terra – Estado de São Paulo – Nacional – 17/08/2010

O Ministério da Justiça cumpriu em parte das determinações da Organização dos Estados Americanos (OEA) e publicou no jornal *O Globo* e no *Diário Oficial do Estado* do Paraná a sentença que condenou o Brasil no caso da morte do agricultor Sétimo Garibaldi, assassinado há 11 anos.

O País foi considerado culpado na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, com sede na Costa Rica, pela não-responsabilização dos envolvidos no assassinato de Garibaldi. O inquérito se arrastou de 1998 a 2004 e foi arquivado sem apontar culpados. A sentença tomou duas páginas inteiras e um quarto de outra do diário fluminense. A decisão da corte data do dia 23 de setembro de 2009 e foi divulgada em outubro do ano passado, em Curitiba, pelos movimentos sociais Justiça Global, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Sem-Terra, Terra de Direitos e Rede Nacional dos Advogados Populares.

Sétimo Garibaldi foi assassinado durante um confronto no acampamento do MST na Fazenda São Francisco, em Querência do Norte, noroeste do Paraná. Segundo testemunhas, ele foi alvejado por atiradores encapuzados. Um dos tiros atingiu sua perna e ele morreu a caminho do hospital. À época da condenação na OEA, a viúva de Garibaldi, Iracema, afirmou que seu marido ocupou a fazenda “porque queria um pedaço de chão para trabalhar e deixar para os filhos”. Sem apontar culpados, a corte da OEA, sob denúncia dos movimentos sociais, entendeu que o País foi omissivo em relação à demora nas investigações e às falhas no inquérito. De acordo com a decisão, “as autoridades estatais não atuaram com a devida diligência”.

O governo brasileiro tinha prazo inicial de seis meses, a partir da sentença, para publicar a íntegra da decisão, mas argumentou que o custo seria maior do que a indenização a ser paga à família, que soma US\$79 mil. A corte então autorizou a publicação de uma versão sintética. Restam ainda outras determinações da OEA a serem cumpridas. Entre elas está, além do pagamento de indenização à família de Garibaldi, a condução “eficaz e dentro de um prazo razoável do inquérito” e a responsabilização de funcionários públicos que conduziram a investigação. No dia 23 de setembro, o País terá de apresentar um relatório à corte com as medidas adotadas para cumprir a sentença.

Reabertura do caso.

A chefe da assessoria internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Cristina Timponi, afirmou que no fim do mês representantes do órgão irão a Curitiba para avaliar o andamento do inquérito. A ONG Justiça Global pediu empenho do governo. “Sabemos que existem outras determinações mais complexas que exigem mais empenho do governo. A publicação (*da sentença em jornal*) é uma das mais fáceis”, afirmou Renata Lyra, advogada da entidade. / ROBERTO ALMEIDA e ROLDÃO ARRUDA

"O MST Tem Hoje muito menos força" – Gabriel Manzano - O Estado de São Paulo
– 20/08/2010

Para Mercadante, situação do campo mudou no governo Lula e conflitos são localizados

O **MST** tem hoje "muito menos força e capacidade de mobilização" do que tinha antes, porque "a vida das pessoas mudou" e o momento da agricultura "é outro". A avaliação é do candidato do PT ao governo paulista, Aloizio Mercadante, que garantiu, em sabatina ontem no auditório do Estado, que os que quiserem lutar por direitos podem lutar, "e quando erram têm de responder à lei".

Com apenas 16% das intenções de votos, contra 54% do tucano Geraldo Alckmin - que, hoje, venceria a disputa no primeiro turno - Mercadante afirmou, também, que "o PSDB faz boas coisas para poucos. E nós podemos fazer melhor para todos". Essa é, segundo ele, "a diferença fundamental" entre os dois projetos. A seguir, trechos mais importantes da fala do candidato na sabatina.

Hoje, o MST tem muito menos força e capacidade de convocação e mobilização do que tinha antes do governo Lula. E o que mudou? Mudou a vida das pessoas. A agricultura brasileira emprega, cresce, produz, nós duplicamos a verba do Pronaf. O Estado aqui tem que ajudar a pequena empresa familiar. Nós fortalecemos a Embrapa, que é a nossa Nasa. Somos o maior produtor de suco de laranja, de café. O Brasil hoje é a segunda agricultura do mundo. E essa mudança de qualidade gerou emprego. Quando o país tinha inflação, não crescia, tinha recessão nas cidades, não tinha emprego, as pessoas não tinham como viver. Hoje, tem o Bolsa-Família, o salário mínimo cresce, falta mão de obra e a agricultura vive outro momento. Então, o conflito no campo começou a ficar reduzido, localizado. Quem quer lutar por direitos pode lutar. E quando erra, como erraram, por exemplo ocupando uma fazenda de laranja e destruindo o laranjal, tem responder à lei. O problema da agricultura do Brasil, a de São Paulo em especial, é o da agricultura moderna, a eficiência, a comercialização. É outra agenda.

Depois de 16 anos de PSDB no governo de São Paulo, se alguém perguntar se não teve nada de bom, eu acho que o PSDB faz boas coisas para poucos. Nós podemos fazer melhor para todos, para a maioria. Essa é a diferença fundamental do meu projeto. O PT não ganha em São Paulo, como não ganhava no Brasil, mas a resistência que havia ao Lula foi superada. O Geraldo Alckmin saiu com 69% de aprovação no final de seu governo. Só que não vemos o Fernando Henrique na campanha do Alckmin, como o Lula aparece na minha. O que eu posso apresentar em São Paulo, sem nunca ter governado o Estado, é pedir uma oportunidade, dizendo "nós fizemos um bom governo no Brasil e faremos o que foi feito no Brasil em São Paulo". Ainda não podemos comparar um governo do PT em SP com o do PSDB, porque nunca governamos aqui.

No governo FHC, tudo foi varrido pra debaixo do tapete. No governo Lula, tivemos CPI até do Fim do Mundo. CPI é um instrumento de oposição. Tem regras institucionais, nós aprendemos com isso. Faz parte da democracia, quanto mais transparência melhor. Com a Petrobrás, houve uma tentativa de CPI, todo mundo viu que os argumentos eram improcedentes. Como se aquela operação contábil tivesse algum problema, mais de 12 mil empresas tinham feito a mesma coisa. No caso Bancoop, a cooperativa é uma coisa muito positiva. Se tiver alguma irregularidade, quem cometeu vai pagar. Essa é uma

mudança de cultura, inclusive, que estamos vivendo no Brasil. Então, vamos devagar, vamos ver o que vai acontecer na apuração. Só posso dizer que aqui em São Paulo nada é investigado. Numa Assembleia Legislativa, a função principal dela é fiscalizar, mas o governo do Estado de São Paulo não é fiscalizado. Tem denúncia todos os dias, muito graves e públicas, investigações do Ministério Público, A dificuldade da CPI é que muitas vezes ela é marcada pela disputa partidária e acaba não tendo a isenção, o equilíbrio que deveria ter. Mas acho, mesmo assim, que tem que investigar. Em São Paulo tem de investigar a situação da saúde, da educação. CPI não é só para investigar desvios de conduta.

Ninguém pode dar uma garantia de que um governo não vai ter problemas com assessores. O PSDB aqui em São Paulo teve casos gravíssimos bem recentes. O que eu posso garantir é que qualquer um que não tenha uma conduta adequada vai ser afastado. Nesse caso em especial (o dos alopados, de 2006), o meu nome não é citado. Teve um relatório da Polícia Federal onde se dizia assim: "O que não conseguimos explicar o Mercadante explica". E o procurador-geral da República, que é rigorosíssimo e indiciou dezenas e dezenas de parlamentares, disse: "Não há um único indício de participação de Mercadante nesse episódio". E o STF votou e aprovou, por unanimidade, o arquivamento. Quanto ao assessor (Hamilton Lacerda, envolvido no caso do dossiê dos alopados), não o vi mais, nem fui consultado sobre uma decisão específica do diretório (de reingegrá-lo no PT). Enquanto não tem a sentença final, a pré-condenação política nem sempre é o melhor caminho.

Eu não fui ao cartório (como José Serra) assinar um documento dizendo que eu iria renunciar. O Serra registrou no cartório documento garantindo que não sairia da Prefeitura e saiu para ser candidato a governador. Eu já falei disso, mas volto a falar. Não anunciei minha demissão porque o presidente Lula me chamou para conversar. Eu disse que achava um erro nossa bancada não apoiar a investigação sobre os atos secretos. A posição do governo era de que (se renunciasse) poderíamos perder governabilidade e o apoio do PMDB. Foi a decisão do governo e do partido, não a da bancada. Como eu era líder da bancada e nós havíamos sido derrotados, decidi sair. Toda a bancada pediu para eu ficar, até os senadores que saíram. O presidente fez o pedido por escrito, inclusive. Ele me disse que se eu saísse a crise do Senado não melhoraria em nada. E avisou: "Sem você na liderança no Senado, vai prejudicar o governo." O que estava em jogo era nosso projeto de Brasil. Era maior do que meu grande sentimento de desconforto.

Detalhes

"Os tucanos falam que têm uma agência de fomento, mas é insignificante para o tamanho de São Paulo"

"Eu não pus meus filhos na escola pública, mas a oportunidade que dei a eles a maioria do povo não tem"

"Uma razão do esvaziamento do interior é o abuso dos pedágios"

"Em São Mateus, que tem 400 mil habitantes, há apenas um escrivão na delegacia. O pessoal chama ele de "escravão""

No Pará, 6 mil registros de terras são cancelados - Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 20/08/2010

O corregedor nacional de Justiça, Gilson Dipp, anulou nesta semana o registro de mais de 6 mil imóveis no interior do Pará. Diante de suspeitas de fraudes e até de grilagem de terras, ele determinou o cancelamento dos registros e das matrículas desses imóveis.

A anulação dos registros trará consequências negativas para os supostos detentores de posse dos imóveis. Eles terão, por exemplo, dificuldades para obter créditos em instituições oficiais e não poderão negocia-los até que sua situação seja regularizada. “O cancelamento dos registros e matrículas referidos não implica, como é natural, a perda ou descaracterização da posse de quem regularmente a exerça com base no título afetado”, esclareceu Dipp.

Os detentores da posse terão de provar a regularidade da titularidade das terras para poder retomar o registro. “Ninguém está desocupando terras”, disse. Em sua decisão, Dipp citou dados do Ministério de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário segundo os quais a área grilada no Brasil . de cerca de 100 milhões de hectares, dentre os quais 30 milhões estariam localizados no Estado do Pará. “A grilagem no sul do Pará é um fato público e notório”, afirmou o ministro. “No sul do Pará é onde há o maior número de grilagem, desmatamento e homicídios. Tudo isso está interligado.” Indagado se o CNJ estava fazendo a reforma agrária, Dipp negou. “O CNJ vai ajudar a que se esclareça a situação agrária no País”, argumentou ele. Para o corregedor, os governos estaduais e federal estão sendo muito lentos na tentativa de regularizar a situação.

Essa não é a primeira vez que o corregedor cancela o registro de imóvel suspeito de fraude. No ano passado, Dipp anulou o registro imobiliário de uma propriedade particular em Altamira, também no Pará, que tinha uma extensão de 410 milhões de hectares. Ele observou que essa área é “maior do que vários Estados da Federação”. “A deliberação administrativa do corregedor nacional de Justiça de cancelamento administrativo sumário daquele registro e matrícula (e o dele derivados, por decorrência) constante daquele processo e imediatamente comunicada ao oficial do registro não sofreu qualquer objeção ou questionamento”, ressaltou Dipp. De acordo com o CNJ, a decisão tomada pelo corregedor nesta semana atinge os registros que não obedeceram aos limites de área definidos na Constituição de 1988.

Cautela.

Dipp recomendou cautela. “Devo assinalar o absoluto cuidado e a necessária cautela ante a eventual e abrupta liberação de tais terras, fruto do cancelamento ora determinado. Com efeito, não interessa ao patrimônio público, á paz e á segurança social ou á ordem pública que sendo cancelados os registros abra-se novo e talvez mais grave avanço sobre esses bens públicos, ou se instalem distúrbios, disputas ou crimes a propósito deles”, ressaltou.

Governo Lula não mudou a calamidade no saneamento – O Globo – Capa –
21/08/2010

Em 2008, após 6 anos de mandato, 56% dos domicílios ainda não tinham esgoto. Pesquisa do IBGE revela que em 2008, sexto ano do governo Lula, o país ainda enfrentava situação de calamidade no saneamento: nada menos que 32 milhões de domicílios brasileiros (56% do total) ainda não eram atendidos por rede de esgoto, índice de país subdesenvolvido.

Em 2000, quando a pesquisa foi feita pela última vez, havia 36 milhões de domicílios sem esgoto (66%) — o que mostra que a situação pouco mudou. Neste período, os municípios sem rede coletora diminuíram apenas de 2.630 para 2.495 — cinco deles no Estado do Rio. O Ministério das Cidades descumpriu prazo para apresentar um plano de orientação dos investimentos em saneamento.

Preço das terras brasileiras cresce 30% em três anos – Sítio Eletrônico do MST –
22/08/2010

A safra recorde de grãos deste ano e as apostas do mercado na persistência da alta das commodities agrícolas estão produzindo efeitos colaterais conjugados: aumento da procura por terras e salto dos preços do hectare.

Ultrapassada a fase de arrefecimento da demanda em consequência da pior crise financeira do capitalismo mundial desde os anos 30, o momento agora é de forte recuperação.

Levantamentos da consultoria AgraFNP mostram que, nos últimos três anos (de julho-agosto de 2007 a maio-junho de 2010), o hectare no Sul do País, onde se concentra a produção nacional de grãos, chegou a valorizar 526,7%. Na média, as terras brasileiras registraram uma alta de 28,9%.

Por trás desse aumento da procura por terras está o que vem sendo chamado - um tanto impropriamente - de fator China. É a tendência à escalada da busca mundial por alimentos (e de bioenergia), à medida que enormes contingentes da população asiática (e não apenas da China) continuarem a ser incorporados à força de trabalho e ao mercado de consumo.

O Brasil é um dos poucos países com áreas disponíveis para a produção agrícola (há estimativas de que podem chegar a 90 milhões de hectares, ou seja, mais do que o dobro da atual área destinada ao plantio de grãos, que é de cerca de 60 milhões de hectares). Afora isso, o preço da terra por aqui ainda é mais baixo do que os vigentes em outros países com significativo potencial agrícola, como os Estados Unidos, Canadá e Argentina.

Um bom indício de que os compradores de glebas estão mirando no longo prazo é a forte busca por terrenos em regiões pouco desenvolvidas, que não poderão ser imediatamente utilizados. A analista da AgraFNP Jacqueline Bierhals avisa que os investimentos hoje se concentram "em lugares onde a terra ainda é barata, porque não dispõem de estradas, mão de obra preparada e serviços de apoio, mas onde estão as maiores perspectivas de valorização".

Esse é o caso da área formada pelas zonas de cerrado do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, apelidada de Mapitoba (junção das sílabas iniciais dos nomes de cada Estado). Enquanto o preço de um hectare em São Paulo oscilou, no último bimestre, em torno de R\$ 12,3 mil, o mesmo pedaço de terra bruta no Piauí podia ser comprado por R\$ 100. É a região considerada hoje como de maior potencial no agronegócio brasileiro e já responde por 10% de toda soja produzida no País.

Nos últimos 36 meses, por exemplo, o hectare no Maranhão valorizou, em média, 58% e, em alguns casos, chegou a 254%. No Tocantins, o salto máximo registrado no mesmo período foi de 154%.

Os arrendamentos na região também estão em alta. Bierhals chama a atenção para a tendência de forte aumento dos custos dessa prática. Gente não diretamente ligada ao setor produtivo, mas a instituições financeiras, fundos estrangeiros e indústrias, está adquirindo propriedades para arrendar a produtores locais.

Enquanto isso, no Estado de São Paulo acontece o contrário. A demanda por terras para a mesma finalidade tem caído, o que parece mostrar certa acomodação depois de quatro anos de boom do etanol.

União limita compra de terras por estrangeiros – Juliano Basile - Valor Econômico – Capa – 24/08/2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu limitar a compra de terras por estrangeiros e empresas brasileiras controladas por estrangeiros. Ele assinou o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) que restringe as aquisições de imóveis rurais por empresas que possuem pelo menos 51% ou mais de seu capital votante nas mãos de pessoas que não são brasileiras.

O texto prevê que as empresas sob controle estrangeiro não vão poder adquirir imóvel rural que tenha mais de 50 módulos de exploração indefinida (entre 250 a 5 mil hectares, dependendo da região do país). Elas também terão de se limitar à implantação de projetos agrícolas, pecuários e industriais que estejam vinculados a seus objetivos de negócio previstos em estatuto. As áreas rurais pertencentes a empresas estrangeiras não poderão ultrapassar 25% do município.

O parecer é de teor nacionalista e retoma a visão da Lei no 5.709, sancionada em outubro 1971 pelo general Emílio Garrastazu Médici durante o governo militar. Ela determinava que, em setores imprescindíveis ao desenvolvimento, só empresas de capital nacional poderiam comprar terras. O parecer assinado por Lula tem um tom muito parecido e sua conclusão é a de que a lei de 1971 é compatível com a Constituição de 1988.

A decisão de Lula foi motivada pelo interesse de estrangeiros no Brasil diante da valorização das commodities agrícolas, da crise mundial de alimentos e do desenvolvimento de biocombustíveis. O fato de o presidente ter assinado o texto da AGU torna obrigatório o seu cumprimento dentro da Administração Pública.

Órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) terão de seguir essas diretrizes ao analisar pedidos de companhias internacionais para comprar terras no Brasil.

Lula demorou quase dois anos para decidir se assinava ou não o texto da AGU. O Ministério da Defesa entendia que a aquisição de terras por empresas estrangeiras era permitida pela Constituição, portanto, um parecer da AGU não poderia resolver o

assunto — seria necessária a aprovação de emenda constitucional. Já o Ministério da Justiça defendia uma diferenciação para as compras realizadas na Amazônia.

O texto não tem efeito retroativo — não anula compras de terras feitas por estrangeiros até a semana passada. No mês passado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que os cartórios do país façam o registro de todos os casos de terras adquiridas por estrangeiros. Mais informações na página A4

Restrição a estrangeiro pode afetar investidor – Marta Watanabe – Valor Econômico – Brasil – 24/08/2010

Novo parecer da Advocacia Geral da União que, na prática, restabelece restrições para a compra de imóveis rurais por empresas brasileiras de controle estrangeiro, pode impedir a entrada de investimentos produtivos.

Essa é a opinião do advogado especialista em direito imobiliário, Olivar Vitale, sócio do Tubino Veloso, Vitale, Bicalho e Dias Advogados.

Ele conta que a lei dificultará a transferência de propriedades de imóveis para fundos estrangeiros que decidirem adquirir empresas no Brasil. “Em nome da proteção da soberania nacional esse parecer impede a entrada de dinheiro produtivo e não especulativo.” Segundo ele, essa transferência a empresas controladas por estrangeiros já estava, na prática, esbarrando em dificuldades desde julho, quando os cartórios passaram a exigir autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Isso aconteceu porque os cartórios passaram a ser obrigados a informar às suas corregedorias a compra de imóveis rurais por empresas de controle estrangeiro. Até então, argumenta ele, a exigência dos cartórios era questionável e facilmente derrubada no Judiciário.

Com a sanção do presidente Lula ao parecer e sua publicação no “Diário Oficial”, acredita Vitale, as restrições restabelecidas provavelmente prevalecerão, mesmo se forem questionadas. Para ele, entre as medidas mais duras está a que limita a soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras a um quarto da superfície dos municípios. Dentro dessa área já delimitada, lembra ele, há outra importante restrição. As pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias de mais de 40% desse território.

Vitale defende que o restabelecimento de restrições passou a valer com a publicação do parecer. Ou seja, ficam mantidos, por exemplo, os casos em que a soma das áreas rurais em mãos de estrangeiros já supere 25% da superfície de um município.

Limite da compra de terras pelo capital internacional só vale a partir desta semana – Sítio eletrônico do MST – 25/08/2010

O parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) que impõe limite de tamanho e maior controle à aquisição de terras por estrangeiros tem efeitos somente a partir da última segunda-feira. As terras compradas antes desse período por empresas brasileiras controladas por capital externo não estão sujeitas às novas regras. Mesmo que tenham

extensão acima dos limites previstos em lei, essas propriedades não precisarão ser vendidas nem contar com sócios majoritários nacionais. Ainda há dúvidas se o governo passará a ter, pelo menos, o controle desses terrenos, que podem atingir 10 milhões de hectares, segundo cálculos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A lei prevê que empresas de fora ou controladas por estrangeiros precisam de autorização do Congresso Nacional para comprar propriedades com mais de 100 módulos rurais. Nas regiões mais remotas do país, isso significa 5 mil hectares. Em Mato Grosso, por exemplo, são apenas 1,5 mil hectares. Só a multinacional argentina El Tejar comprou 40 mil hectares e arrendou mais 140 mil hectares no estado.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou, há um mês, que os cartórios de registro de imóveis informem tanto as novas aquisições quanto o estoque de propriedades já compradas por empresas brasileiras com capital estrangeiro majoritário. Mas a AGU entende que os cartórios não têm obrigação de prestar informações sobre os registros feitos no passado. “Não havia a necessidade de registro no livro especial. Os cartórios não têm obrigação de fazer o registro daquilo que existia”, argumentou o consultor-geral da União, Ronaldo Vieira Júnior, responsável pelo parecer.

O CNJ determinou que os cartórios prestem informações às corregedorias dos tribunais de Justiça nos estados, que as repassarão ao Incra. Atualmente, cerca de 4,3 milhões de hectares de terras de estrangeiros estão registrados no cadastro do instituto, mas o seu presidente, Rolf Hackbart, avalia que esse número pode ser até cinco vezes maior, considerando as empresas brasileiras com capital estrangeiro. O novo parecer da AGU equipara essas empresas às estrangeiras.

Segurança jurídica

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, reconheceu, em entrevista coletiva, ontem, que ficam criados, na prática, dois tipos de empresas brasileiras com capital estrangeiro: o primeiro grupo comprou terras sem os limites impostos a estrangeiros, enquanto o segundo terá que respeitar os limites da Lei nº 5.709/1971. No entanto, Adams salientou que, “a bem da segurança jurídica, o parecer não pode retroagir. Seria o caos jurídico. Não existiriam realmente dois tipos de empresas”. Adams reconheceu que houve pressão de grupos econômicos, mas assegurou que isso não teve efeito sobre a decisão do governo.

O parecer elaborado pela AGU e assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva sustenta, em síntese, que está em vigor a Lei nº 5.709/1971. Um parecer anterior da AGU, aprovado em 1994 e reafirmado em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, tinha entendimento contrário. Equiparava as empresas nacionais às empresas brasileiras controladas por estrangeiros. Adams foi questionado se as aquisições feitas por essas empresas entre 1994 e 2010 não estariam ilegais, uma vez que contrariavam a lei de 1971. O ministro argumentou que, assinado pelo então presidente da República, o parecer tinha o valor de norma legal.

Vieira Júnior prevê reação ao novo entendimento. “Vai haver um ataque violentíssimo ao parecer. Não tenho nenhuma dúvida disso”, afirma.

Compra restrita

Conheça as restrições impostas a estrangeiros determinadas pela Lei nº 5.709/1971:

» A extensão total de terras pertencentes a estrangeiros fica limitada a um quarto da superfície do município;

» Propriedades de uma mesma nacionalidade não podem ocupar acima de 40% da área total de estrangeiros;

- » É vedada a doação de terras da União e dos estados a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras;
- » É necessária a vinculação dos imóveis rurais adquiridos aos objetivos estatutários das empresas;
- » É necessária a aprovação prévia do Conselho de Defesa Nacional em caso de imóveis rurais localizados em faixa de fronteira;
- » É necessário o registro em cadastro especial de terras de estrangeiros nos cartórios de registro de imóveis.

Limites de área

O tamanho de Módulo de Exploração (MEI) varia de 5 a 100 hectares, de acordo com o município. Saiba como a Lei nº 5.709/1971 limita as aquisições de terras por estrangeiros:

Até	3	MEIs
Aquisição livre para estrangeiros residentes do Brasil (exceção para imóvel localizado na faixa de fronteira).		
De	3	a 20 MEIs
Autorização condicionada à aprovação de projeto de exploração pela empresa.		
Acima	de	50 MEIs
Em área contínua ou descontínua (pessoa física), com autorização do Congresso Nacional.		
Acima	de	100 MEIs
Em área contínua ou descontínua (pessoa jurídica), com autorização do Congresso Nacional.		

Que agricultura familiar? – Valor Econômico – Opinião – 25/08/2010

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, foi resultado de luta política liderada pela Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (Contag) em favor da inclusão dos pequenos produtores nas políticas agrícolas. De fato, em que pesem as disposições especiais em favor dos micro e pequenos, definidos pela área e nível de renda, vários estudos confirmavam as dificuldades de acesso desse segmento às políticas de crédito rural, de garantia de preços mínimos e de promoção da inovação tecnológica. O desenho e a operacionalização de um programa especial voltado para a agricultura familiar, como o Pronaf, exigiam uma definição clara tanto dos beneficiários como dos critérios objetivos para identificá-los.

Aos poucos o termo agricultura familiar foi se afirmando e passou a expressar, genericamente, o pequeno produtor, com todos os equívocos empíricos e conceituais associados a essa classificação, entre os quais destacamos alguns: 1) a identificação de pequeno com a área do estabelecimento, sem referência à capacidade de produção e ao fato de que em várias atividades é possível ser até muito grande em termos de produção e capital empregado e utilizar uma área de terra pequena; 2) a identificação do pequeno com a produção de alimentos básicos para o mercado interno, reproduzindo a segmentação equivocada entre mercado doméstico e externo, sem levar em conta a participação dos ditos pequenos na produção de vários produtos de exportação, como a

própria soja, e de produtos não alimentares, como o tabaco, ambos no Sul do país; ademais, tampouco se considerava as então já evidentes mudanças na cesta de consumo alimentar do brasileiro; e 3) identificação do agricultor familiar com uma lógica produtiva dominada pela produção para subsistência e venda ocasional de excedentes.

Em 2000, participamos da realização do estudo “Novo Retrato da Agricultura Familiar”, que mostrou a importância da contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento do país.

O conceito e a delimitação da agricultura familiar então adotado procuravam aliar a ideia de uma agricultura sob gestão da própria família — que nos parece o traço essencial, talvez único, que a distingue da empresa capitalista — com a disponibilidade de informações do IBGE que permitisse fazer os cortes empíricos necessários para a focalização e operacionalização do Pronaf.

Naquela concepção, a agricultura familiar aproxima-se da “family farm” dos EUA e do agricultor familiar europeu, que não são necessariamente pequenos, mas onde a família realiza a gestão do empreendimento e não administradores contratados.

Independentemente das intenções dos formuladores da política e das polêmicas, sempre intensas, sobre o conceito de agricultura familiar e sobre a melhor maneira para identificá-la, o fato é que a agricultura familiar adquiriu um status político próprio que se refletiu no recorte do que seria o universo da agricultura familiar.

Na prática, abandonou-se a tentativa de identificar categorias consistentes de agricultores a partir da forma e particularidades de organização da produção em favor de uma agricultura familiar construída politicamente.

É nesse contexto que emerge a oposição entre agricultura familiar e agronegócio, bastante difundida nos últimos anos, e que chegou a ser objeto até mesmo de polêmicas entre os ministros da agricultura e do desenvolvimento agrário. Nada melhor que um inimigo externo, ainda que inventado, para criar coesão interna e fortalecer politicamente um grupo que é marcado por profunda diferenciação.

Temos insistido que essa falsa dicotomia de fundo maniqueísta, que procura difundir a imagem de um agricultor do bem e outro do mal, de um pequeno e cuidadoso com o ambiente em oposição a outro latifundiário, escravocrata e destruidor da natureza, não corresponde à realidade e em nada contribui para promover o desenvolvimento rural sustentável. Ao contrário, tem prejudicado em particular os resultados das políticas fundiárias precisamente por isolar os assentados das cadeias produtivas mais dinâmicas e dificultado a aplicação de políticas de transformação produtiva e integração comercial que são a base da experiência desenvolvimentista bem sucedida, no Brasil e em qualquer outro país.

O estudo “Novo Retrato da Agricultura Familiar” mostrava que a gestão familiar e a predominância do trabalho familiar são os traços unificadores de um universo extremamente heterogêneo — dividido nos grupos A, B, C e D, segundo o nível de renda —, que incluía desde milhões de produtores minifundiários muito pobres e pobres (Grupo D), até um grupo de produtores capitalizados (Grupo A), produzindo de forma integrada às cadeias produtivas mais dinâmicas, com produtividade elevada e nível de renda sustentável. Segundo aquela metodologia, a agricultura familiar era responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura e o grupo A por 50% da produção familiar.

A reaplicação dessa mesma metodologia para o Censo de 2006 revela um aumento da participação da agricultura familiar no VBP agropecuário, de 37,9% para 40% entre 1996-2006, e a elevação da participação do Grupo A — que está integrado às cadeias dinâmicas da agricultura brasileira — de 50% para 67% do VBP da agricultura

familiar. Confirma, portanto, sua heterogeneidade e a artificialidade da tentativa de dividir politicamente os agricultores brasileiros em dois grupos antagônicos.

Essa falsa dicotomia de fundo maniqueísta em nada contribui para o desenvolvimento rural sustentável Antônio M. Buainain é professor livre docente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e consultor do convênio NEAD/IICA/UFF. (buainain@eco.unicamp.br) Alberto Di Sabato é professor associado I da Faculdade de Economia/UFF e consultor do convênio NEAD/IICA/UFF. (alberto@economia.uff.br) Carlos E. Guanzioli é professor associado II da Faculdade de Economia/UFF e consultor do convênio NEAD/IICA/UFF. (guanzi@ism.com.br)

Estrangeiro só comprará terra com sócio - Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 25/08/2010

Empresas e pessoas estrangeiras podem ser obrigadas a se associar com brasileiros se quiserem comprar terras no Brasil. Esta é uma das possibilidades em estudo na Casa Civil para incluir no projeto de lei que vai definir as restrições para a compra de terras rurais e também em áreas urbanas.

Uma das preocupações do governo são as extensas áreas ocupadas no litoral brasileiro por resorts construídos por grandes grupos estrangeiros. Um novo parecer da Advocacia- Geral da União (AGU) sobre a Lei 5.709, de 1971, foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada e publicado no *Diário Oficial* de segunda-feira. O parecer, que restringe a compra de terras no País por empresas brasileiras controladas por estrangeiros, foi o primeiro passo dado pelo governo para limitar a ocupação hoje descontrolada do território nacional por investidores internacionais. No entendimento de integrantes do governo, a Lei 5.709 ainda é frouxa e insuficiente para fechar todas as brechas utilizadas para investimentos em terras brasileiras sem o controle prévio feito pela administração federal. Em virtude das eleições e, conseqüentemente, do recesso branco do Congresso, o projeto de lei pode ser encaminhado pelo governo apenas no fim do ano ou poderá ser deixado para o próximo presidente da República.

Domínio.

Desde segunda-feira, as compras de terras por empresas brasileiras controladas por estrangeiros voltaram a ser limitadas pela Lei 5.709. O governo não impunha nenhuma restrição a essas operações desde 1994, com base em parecer anterior da mesma Advocacia-Geral da União. Em razão disso, não há dados precisos sobre a extensão de terras ligadas ao capital estrangeiro. O dado mais recente, de maio, indica que está nas mãos de estrangeiros uma área equivalente a quase três vezes o tamanho da cidade de São Paulo. O domínio estrangeiro se concentra nos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, de acordo com o cadastro, considerado precário até pelas autoridades.

A discussão no governo sobre a imposição de limites à compra de terras por essas empresas começou em junho de 2007. Em setembro de 2008, o novo parecer estava pronto e dependia apenas da aprovação do presidente. No entanto, por conta da crise econômica que eclodiu naquele ano, o governo preferiu aguardar. O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, afirmou que o governo não receia a diminuição de

investimentos estrangeiros no Brasil. Até porque, argumentou, basta que as empresas se ajustem à nova realidade para continuar comprando terras. Para isso, podem, por exemplo, se associar a empresas nacionais. “Existem instrumentos jurídicos hábeis para dar uma solução a essas situações”, afirmou Adams. “Mas a Constituição estabelece que o controle sobre as terras será priorizado para os nacionais.”

Teto.

A lei estabelece que as empresas podem comprar, no máximo, 5 mil hectares de terra, nunca ultrapassando 25% da área do município em que a fazenda está localizada. Se a propriedade estiver em área de segurança nacional, o comprador necessitará da autorização prévia do Conselho de Defesa Nacional. Além disso, os Cartórios de Registro de Imóveis manterão cadastro especial para as terras compradas por empresas brasileiras controladas por estrangeiros.

"Um Presidente não pode ser complacente com movimentos que ameaçam produtores rurais", diz Kátia Abreu - Sítio Eletrônico da CNA – 26/08/2010

Novas propostas aos pecuaristas e temas que dissecaram o agronegócio de ponta a ponta estiveram presentes no segundo dia do 1º Congresso Internacional da Produção Pecuária, que encerrou na quarta (25/08), em Salvador (BA). O evento contou na última terça com a presença de grandes forças políticas da pecuária nacional, como a senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Kátia Abreu (DEM-TO), e o candidato ao governo baiano Paulo Souto (DEM), e de vários profissionais, que abordaram temas como conjuntura de mercado, planejamentos estratégicos para maior produção, alternativas alimentares para redução de custos e projetos pioneiros para a criação e reprodução de rebanhos.

A senadora Kátia Abreu apresentou as principais expectativas do setor pecuário com o próximo Presidente da República, assim como as necessidades de mudança mais urgentes que a Bahia e o Brasil necessitam. Seu maior foco foi a defesa do pecuarista frente aos movimentos de reforma agrária. "Conhecemos muito bem nossos problemas, mas não podemos ter um Presidente que seja complacente com os movimentos que ameaçam os produtores, que usam táticas agressivas e se fazem de vítimas", afirmou Kátia, que também falou sobre a insegurança jurídica dos assentados, sobre as faixas de fronteira, a criminalização injusta de produtores por trabalho escravo e finalizou sua participação explicitando a importância do investimento em hidrovias, para baratear o escoamento da produção. "Se eu pudesse ser Presidente da República, gostaria de deixar um legado e ser conhecida pelas próximas gerações como a Presidente das Hidrovias", declarou.

Em palestra voltada à Bovinocultura de Corte, José Lemos Monteiro, da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul, apresentou a conjuntura atual da produção no Brasil. "A renda das propriedades está em fase decrescente, justamente pelo crescimento da produção, que gera grande oferta e diminui o preço do

produto", alerta José. Aliado ao fato da superprodução, os gastos em tecnologia e incrementos técnicos deve ser feito com cuidado, pois pode tornar os gastos pouco vantajosos frente aos índices de rentabilidade. "Mas, se a política fundiária do país mudar, o Brasil é o único país do mundo que pode duplicar seu número de animais somente com a expansão territorial para a produção", afirma.

Apresentando um painel sobre as vantagens da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, Armindo Kirchel exibiu em um único projeto soluções para o crescimento da produção agropecuária com foco em grãos e melhoria na condição da sanidade animal aos rebanhos, aliando a tudo isso a sustentabilidade rentável. "Os custos das lavouras estão crescendo, as pragas se tornam resistentes a emicidas e hoje a Integração reduz os custos, diminui as pragas e para quem planta soja sobre as pastagens, aumenta a produtividade em até 40%. O único problema disso tudo é encontrar mão-de-obra qualificada para cuidar dos bois, das árvores e da plantação", declarou Armindo.

Pedro Paulo Pires, da Embrapa Gado de Corte, apresentou aos produtores o projeto da Pecuária de Precisão, baseado no acompanhamento das propriedades por eles como a sanidade animal, a rastreabilidade e o gerenciamento pecuário, ferramentas que tornam o alimento seguro ao mercado externo. "Nós, do Brasil, puxamos a Pecuária de Precisão no mundo todo. É verdade que em outras culturas pegamos exemplos, mas na Bovinocultura de Corte somos os pioneiros. Hoje o mundo está nos copiando e isso é um motivo de orgulho.", afirma Pedro Paulo. No futuro, a intenção é que o projeto seja disponibilizado gratuitamente aos produtores pela internet e eleve o preço da carne brasileira. "Enquanto na Argentina e no Uruguai se vende a tonelada da carne por US\$ 8 mil, no Brasil se vende por US\$ 2 mil. Não por falta de qualidade, mas por falta de luta e união dos produtores", alertou.

Outro projeto inovador foi apresentado pelo veterinário Alexandre de Faria Tabet, sobre a fertilização in vitro de caprinos e ovinos. Criada no Brasil, a técnica é indicada, entre outros tópicos, a ovelhas que já possuem aderência uterina, que estão em campanha e para utilização de sêmen congelado ou de alto custo. "São várias as vantagens do uso desse procedimento. Ausência de sequelas no pós-cirúrgico, a possibilidade de trabalhos mensais, quando se pode ter 10, 11 embriões da mesma ovelha, hormônios em quantidade muito menores ou até mesmo a ausência e otimização do sêmen", enumera Alexandre, que ainda revela que através dessa técnica, pequenos produtores de caprinos e ovinos se equiparam aos grandes em competições de pista.

Empresas nacionais e estrangeiras concentram em ritmo violento a propriedade rural no Brasil Sítio – Eletrônico do MST – 26/08/2010

O Incra acaba de revelar que, entre 1998 e 2008, o número de imóveis rurais de propriedade de empresas, tanto nacionais como estrangeiras, passou de 67 mil para 131 mil, de acordo com reportagem do Valor Econômico.

Nesse período, o total de terras controlado por empresas passou de 80 milhões para 177 milhões de hectares.

Esse volume de terras é espantoso se lembrarmos que o Brasil cultivava apenas 65 milhões de hectares em lavouras.

Ainda mais porque o resto de nosso território é utilizado em pastagens, reserva patrimonial e especulação, além das terras públicas.

Agora esperamos que os pesquisadores, a universidade e o próprio Incra ajudem explicar o seguinte:

>>> Por que empresas precisam de tanta terra?
>>> Quem são essas empresas? Para que usam?

>>> São apenas testa de ferro do capital estrangeiro ou aplicam em terras para especulação?

Os dados apresentados na discussão sobre o limite para compra de terras por estrangeiros demonstra que está em curso uma contra Reforma Agrária no Brasil, praticada pelo capital, que concentra cada vez mais as nossas terras.

Abaixo, leia uma série de matérias publicadas pela imprensa burguesa na última semana.

É preciso vigilância no processo de suspensão dos títulos – Sítio Eletrônico do MST – 26/08/2010

A grande propriedade rural, com base de mão de obra escrava, numa lógica de monocultura agro-exportadora foi o fator estruturante do universo rural brasileiro. Tal desenho conferiu poderes econômicos e políticos por longo período aos senhores de terras até os anos inaugurais do século XX.

A posse de grandes extensões de terras foi o símbolo do status quo da época, que só a partir de 1930, com o advento de um processo de industrialização e urbanização, tem o curso alterado. Além de vastos territórios, o controle do Estado ancorou a reprodução social e econômica dos senhores de terras. Lembram da política do café com leite?

Controlar o Estado além da efetivação de recursos econômicos significou e ainda significa, o controle do aparato de coerção contra os seus adversários, rebeliões de escravos e camponeses. Não fosse assim, a representação do Congresso não seria tão expressiva e raivosa. Bem como a cobertura da grande mídia quando da disputa pela terra.

A concentração da terra nas mãos de poucos e a dos meios de comunicação configuram uma anomalia da nossa democracia. A presente decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de ordenar a suspensão dos títulos de terras é um avanço para a superação de um aleijão democrático. O fato é histórico. A decisão foi tomada pelo Ministro Gilson Dipp. Os cartórios possuem prazo de 30 dias para atender a ordem.

Na recente história, a integração econômica da região amazônica ao resto do país no período da ditadura (1964-1985) é uma espécie de marco da concentração da terra. A política era baseada em incentivos fiscais às grandes empresas do capital comercial e financeiro.

Período conhecido como modernização conservadora. O modelo de integração, baseado em incentivo fiscal, teve como consequência a concentração de terra e renda nas mãos de poucos. E posteriormente, na distensão da ditadura, na década, quando da

existência da União Democrática Ruralista (UDR), o período mais violento contra camponeses e seus apoiadores.

A situação fundiária da Amazônia é um limite para que se possa estabelecer políticas públicas para a região. Nos parcos dados disponíveis não se percebe um diálogo entre as diferentes esferas do poder envolvidas na questão. O que facilita e incentiva a engenharia para o controle de grandes extensões de terras, que envolve políticos, técnicos do governo e cartórios.

O trabalho que desaguou do recente pedido de suspensão dos títulos foi silencioso. E teve entre os incentivadores o Ministério Público Federal (MPF). 6.102 títulos de terra registrados nos cartórios estaduais possuem irregularidades. Somados, os papéis representam mais de 110 milhões de hectares, quase um Pará a mais, em áreas possivelmente griladas.

Os dados resultam de três anos de pesquisa dos órgãos ligados à questão fundiária no estado, através da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (Tribunal de Justiça, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Advocacia Geral da União, Ordem dos Advogados do Brasil, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra e a Federação da Agricultura do Estado do Pará). O documento foi apresentado em 30 de abril de 2009 no auditório do MPF. Uma mobilização até então inédita.

Conforme o site do MPF, a magnitude dos problemas nos registros - que abrangem de fraudes evidentes a erros de escriturários - levou a um pedido, dirigido à Corregedoria do Interior do Tribunal de Justiça, para que iniciasse imediatamente o cancelamento administrativo de todos os títulos irregulares, já bloqueados por medida do próprio TJ. A desembargadora Maria Rita Lima Xavier, corregedora do interior negou o pedido no mês de março.

O cancelamento dos títulos pelo CNJ evitou a criação de seis mil processos para o cancelamento dos títulos, que poderiam durar infinitos anos no tribunal já sobrecarregado. Com o indeferimento da desembargadora Maria Rita Lima Xavier, a comissão recorreu ao CNJ para que o mesmo defira pelo cancelamento dos títulos falsos.

Felício Pontes Jr, procurador da República e representante do MPF na comissão, argumenta que os indícios de fraude são evidentes demais para ficarem esperando processo judicial. O pedido de cancelamento dos títulos foi subscrito pelo Ministério Público do Estado, Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e foi enviado ao CNJ através dos Correios no mesmo dia de apresentação dos dados.

Entre os episódios de grilagem mais famosos do Pará está o do "fantasma" Carlos Medeiros, ente jurídico e fisicamente inexistente que acumula 167 títulos de terra irregulares. Todos os títulos de Medeiros que somam 1,8 milhões de hectares estão bloqueados. As terras se espraiam em dez municípios paraenses. A mesma situação nubla os empreendimentos da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S/A., no sudeste do estado, a fazenda Espírito Santo, no município de Xinguara.

Os professores e pesquisadores Treccani e Benatti, por ora técnicos do ITERPA, estão entre os responsáveis pelo processo. Mas, no curso da agenda do governo federal os projetos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para a região, tendem a pressionar alguns territórios estabelecidos: reservas ambientais, reservas indígenas, projetos de assentamento rurais e quilombos.

Agora, mas que festejar, cumpre a vigilância.

AGU prepara varredura em todos os registros – Sítio Eletrônico do MST – 26/08/2010

A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) vai recomendar aos cartórios de registro de imóveis que atendam à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e informem às corregedorias de Justiça o estoque de propriedades já compradas por empresas brasileiras com capital estrangeiro majoritário, além das novas aquisições feitas a partir da publicação do novo parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) na última segunda-feira.

Pelo entendimento da AGU, os cartórios não teriam a obrigação de prestar informações sobre os registros feitos no passado, limitando-se a informar as novas propriedades.

O presidente da Anoreg, Rogério Bacellar, afirmou que não há dúvidas sobre qual entendimento os cartórios devem seguir. “Nós vamos recomendar que atendam o que o CNJ pediu, porque a fiscalização é das corregedorias de Justiça”, afirmou Bacellar, lembrando que os cartórios são fiscalizados pelo Poder Judiciário, e não pelo Executivo.

O CNJ deu prazo de seis meses para que os cartórios informem os registros de terrenos nas mãos de gringos, mas Bacellar assegurou que essa tarefa será cumprida em quatro meses.

“As informações de pessoas físicas que já existem nos livros de estrangeiros podem ser comunicadas, inclusive as aquisições anteriores.” “O que vai acontecer agora é uma participação mais efetiva do titular do cartório, do tabelião e do registrador na avaliação da constituição das empresas estrangeiras. Eles não têm condições de informar de imediato, porque muitas vezes as empresas brasileiras são de fachada, mas com capital estrangeiro. Mas essas situações serão melhor avaliadas”, comentou.

Investigação

Bacellar explicou como os tabeliães farão para identificar essas propriedades adquiridas por empresas constituídas no Brasil, mas controladas por pessoas ou companhias de fora do Brasil. “Eles vão ter essa tarefa de avaliar os contratos sociais de todas as empresas para verificar se existe sócio estrangeiro, capital externo. Agora, a atribuição do tabelião não é só pegar a constituição resumida na junta comercial. Tem que pegar toda a constituição da empresa para ver se existe capital estrangeiro.”

Além de buscar informações nas juntas comerciais, os tabeliães também deverão pesquisar dados em cartórios de títulos e documentos. “Há algumas ONGs (organizações não governamentais) e Oscips (organizações da sociedade civil de interesse público) que também podem ter alguma vinculação com capital estrangeiro e comprar terras no Brasil”, argumentou o dirigente.

O presidente da Anoreg disse ainda que todos esses detalhes serão tratados em encontros com as Anoregs estaduais. “Vamos fazer encontros descentralizados agora no começo de setembro no Amazonas. Todos os meses teremos um encontro desses para debater essas questões.”

Um dos exemplos da falta de controle por parte do Estado é a Fazenda Agroservas do Brasil, que está registrada como empresa brasileira, embora os donos

sejam norte-americanos. Localizada no município de Unai (MG), no Entorno do Distrito Federal, a propriedade rural é a maior nas mãos de estrangeiros em todo o estado de Minas, com 29 mil hectares, segundo registro no cartório de imóveis do município mineiro.

Marina Silva defende restrições

A candidata do PV à Presidência, Marina Silva, afirmou ontem que concorda com a decisão do governo federal de restringir a compra de terras por empresas estrangeiras. Segundo a presidenciável, a medida atende aos interesses de soberania do Brasil. “Qualquer país tem uma política de proteção do seu território. Somos uma economia aberta e não há problema em se fazer negócios e estimular o capital estrangeiro para o investimento correto, contanto que de acordo com as regras do Brasil”, disse, em entrevista à Rádio Gaúcha.

Entenda o caso Controle maior

O parecer da AGU impõe limites e maior controle sobre a aquisição de terras por empresas brasileiras controladas por estrangeiros, agora equiparadas a companhias multinacionais. Foi alterado o entendimento anterior, de 1998, que tratava essas corporações como nacionais.

O Ministério Público Federal concluiu que deve ser seguida a Lei nº 5.709/1971, que impõe limites de tamanho e estabelece maior controle às aquisições feitas por empresas controladas por estrangeiros. O parecer anterior considerava que essa lei contrariava princípios constitucionais.

O novo texto da AGU, pronto desde 2008, só foi publicado esta semana. Um mês antes, o CNJ havia determinado aos cartórios que informassem os registros de terras compradas por empresas controladas por capital externo. (LV)

Estrangeiros teriam usado laranjas para registrar imóveis rurais no país – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 26/08/2010

O governo não tem a exata dimensão do volume de terras brasileiras em mãos de estrangeiros, mas está convencido que a elevação de 95% no registro de imóveis rurais em nome de pessoas jurídicas brasileiras entre 1998 e 2008 revela um caminho adotado por não brasileiros para comprar áreas no país.

Boa parte desses registros teria sido patrocinada por empresas estrangeiras, via criação de companhia nacionais abertas em nome de terceiros, para “legalizar” sua atuação no Brasil, aponta uma fonte graduada do governo. O novo parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), publicado segunda-feira, obriga os estrangeiros a obter autorização prévia do governo para registrar terras em cartório e coloca limites severos à compra de glebas com até 5 mil hectares por não residentes — cada município poderá ter 25% de seu território nas mãos de estrangeiros.

Estatísticas cadastrais inéditas mantidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mostram que o número de imóveis sob domínio de empresas nacionais passou de 67 mil, em 1998, para 131 mil em 2008. O total da área registrada saltou de 80 milhões para 177,2 milhões de hectares nesses dez anos — um aumento de 121%.

Nos registros oficiais do governo, figuram apenas 34.371 imóveis rurais em nome de não residentes em 2010, e 4,307 milhões de glebas no país são propriedade de estrangeiros .

Desde 1971, quando a ditadura militar baixou uma lei para controlar a propriedade da terra no país, os registros oficiais têm minguado. Em 1972, ainda sem a regulamentação legal, existiam 43,4 mil imóveis em mãos estrangeiras.

Em 1978, já sob o efeito da nova lei, os registros recuaram para 35 mil imóveis. Bem mais tarde, o recadastramento geral fundiário de 1992 detectou apenas 24 mil propriedades rurais nessa situação. A explicação é que a base das terras foi “zerada” para o recomeço da contagem.

Até 1998, sob efeito de um parecer anterior da AGU, os registros subiram a 27,2 mil. A expansão, considerada “residual” pelo governo, ocorreu pela necessidade de obter certidões oficiais para transações comerciais das terras.

Assim, os registros foram subindo até atingir 33,2 mil em 2007. Pequenas áreas acabaram incorporadas a glebas maiores nesse período, já que a área total em mãos estrangeiras cresceu menos do que o número de imóveis.

Em 2008, o registro do governo identificou 34,6 mil propriedades rurais sob titularidade de estrangeiros. Em 2010, o número de imóveis caiu a 34,4 mil.

O governo avalia que o “arrocho” na titularidade das terras nacionais provocará uma avalanche de pedidos de regularização da situação.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, afirma que está preparado para atender à demanda. “Vistoriamos 6 milhões de hectares todo ano. Não serão muitos processos, mas estamos preparando a equipe e já reunimos nossos procuradores para colocar as novas regras em prática”, diz.

O executivo afirma ter sido “correto” o novo parecer da AGU com limitações à aquisição de terras por estrangeiros. O Incra passará a ter um alto grau de controle sobre essas transações.

“A medida é correta. Agora, temos regra e isso não inibirá investimentos, mas vai estancar a hemorrhagia dessas compras”, afirma o presidente do Incra.

Hackbart argumenta que o parecer trará estabilidade jurídica, permitirá a regularização fundiária e ambiental, além de favorecer o combate à grilagem de terras, sobretudo na região Norte do país. O presidente do Incra afirma que um conjunto de medidas adotadas pelo governo ajudará na atuação da autarquia.

Além do novo parecer da AGU, Hackbart lista como essenciais ao processo os controles recomendados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e as decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a obrigação dos cartórios de informar essas transações ao Incra e o cancelamento de títulos de posse irregulares no Pará. “Os cartórios vão se preparar. O futuro chegou”, afirma.

Incra repassa mais de 5 milhões de hectares de terra ao Instituto Chico Mendes –
Sítio Eletrônico do MDA – 27/08/2010

27/08/2010 17:46

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) concedeu ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) o direito real de uso de oito áreas na Amazônia. São, ao todo, 5,5 milhões de hectares - localizados em

unidades de conservação - repassados ao órgão ambiental, que poderá, agora, dar continuidade ao trabalho de regularização fundiária das áreas. O anúncio das concessões foi feito nesta sexta-feira (27) pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart, em solenidade de comemoração do terceiro aniversário do ICMBio. A concessão de três dessas áreas já foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). Trata-se de terras das Reservas Extrativistas Barreiro das Antas (106.197 hectares), Lago do Cuniã (49.687,82 hectares) e Rio Cautário (75.124,95 hectares), todas no estado de Rondônia. A ação possibilitou a compensação do passivo ambiental em 21 assentamentos do estado. Foram compensados 114.061,74 hectares dos 182.831 que totalizam os assentamentos, beneficiando 4.908 famílias. As outras cinco áreas repassadas pertencem às Florestas Nacionais São Francisco (21.147,67 hectares), Santa Rosa dos Purus (231.555,52 hectares), ambas no Acre, e de Pau-Rosa (965.489,77 hectares), no Amazonas. Completam a lista áreas dos Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque (3.789.918,30 hectares), no Amapá, e Serra da Cutia (282.407 hectares), em Rondônia.

Projetos diferenciados

Dos 46,7 milhões de hectares incorporados à reforma agrária pelo Incra entre 2003 e 2009, 36,9 milhões foram transformados em projetos ambientalmente diferenciados, que se caracterizam pelo uso racional e sustentável dos recursos naturais. Isto corresponde a 79% da área incorporada à reforma agrária no período em todo o país. A maioria destes assentamentos está na Amazônia Legal. Ao todo, 176,1 mil famílias vivem em 486 projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), de Assentamento Agroextrativista (PAE) e de Assentamento Florestal (PAF). O número também inclui populações tradicionais que vivem em áreas de Reserva Extrativistas (Resex), Florestas Nacionais (Flona) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que passaram a ser atendidas por políticas públicas do Incra.

Regularização fundiária

Em março deste ano, o Incra e o ICMBio firmaram uma portaria conjunta regularizando a transferência de áreas do Incra em unidades de conservação federal para o ICMBio. Esse esforço interministerial se iniciou a partir de uma demanda do Plano de Ação Prioritário 2009-2010 elaborado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, sob a coordenação da Casa Civil. Essa articulação permitiu dar celeridade a processos já em andamento na SPU sob demanda do ICMBio, atendendo a antigas reivindicações das populações das Reservas. Com a edição da Portaria Interministerial MPOG/MMA nº 436, em dezembro de 2009, os procedimentos para a regularização de Unidades de Conservação situadas em áreas da União foram simplificados pela transferência da gestão dessas terras aos órgãos ambientais federais para fins de regularização em favor das comunidades extrativistas, pela outorga do título de Concessão de Direito Real de Uso coletiva e gratuita. Por meio da entrega dos títulos concessões de direito real de uso para as organizações representativas das famílias que tradicionalmente vivem do extrativismo nas áreas protegidas por essas reservas extrativistas, o Governo Federal garante o direito de viver em seus territórios tradicionais e ao uso sustentável da biodiversidade local, além de dar acesso a políticas públicas, especialmente aos créditos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Cassel: Acabou o tempo em que terra de reforma agrária era ruim – Sítio Eletrônico do INCRA – 30/08/2010

Com a assinatura da portaria de criação de mais dois projetos de assentamento no último sábado (28), o Incra vai assentar cerca de 540 famílias de agricultores sem terra em um dos lugares mais férteis do estado do Paraná, no distrito de Lerroville, em Londrina. Os assentamentos serão chamados Eli Vive 1 e 2 e têm origem nos 7.313,06 hectares ocupados pelas fazendas Guairacá (com 5.826,52 hectares) e Pininga (com 1.486,54 hectares), adquiridas pelo Incra.

O superintendente do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, assinou a portaria na presença de diversas autoridades, como os ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, o chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, o diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Incra, Celso Lisboa de Lacerda, o prefeito de Londrina Barbosa Neto, dentre outras lideranças.

Para o ministro Guilherme Cassel, a criação dos assentamentos fortalece o processo de reforma agrária no Paraná. “Esse será um espaço de paz e produção e não de violência. Acabou o tempo em que terra de reforma agrária era ruim e longe e agora os trabalhadores sem terra têm uma terra boa”, disse. Para Cassel, o trabalho das equipes do Incra foi decisivo para a viabilização dos dois assentamentos.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, disse que os assentamentos são bem vistos pelos municípios. “[Os assentamentos] Geram renda, com maior arrecadação de impostos. Agora, temos um momento de construção de uma nova comunidade e é importante definir como a produção será organizada nos assentamentos”, destacou Hackbart.

A ministra Márcia Lopes ressaltou a qualidade do solo nos assentamentos como espaços de produção de alimentos. “A criação dos assentamentos mostra como as políticas públicas se articulam por um Brasil sem fome”, disse. O chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e fez uma saudação especial aos servidores do Incra. “São servidores públicos que souberam superar as adversidades e trabalham pelo povo”, elogiou.

As áreas foram avaliadas por técnicos do Incra como de ótimo potencial produtivo. Com a criação dos assentamentos, os trabalhadores terão direito a crédito, energia elétrica, abastecimento de água, habitação e apoio à instalação, além de acesso à linhas de crédito e custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ - CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

